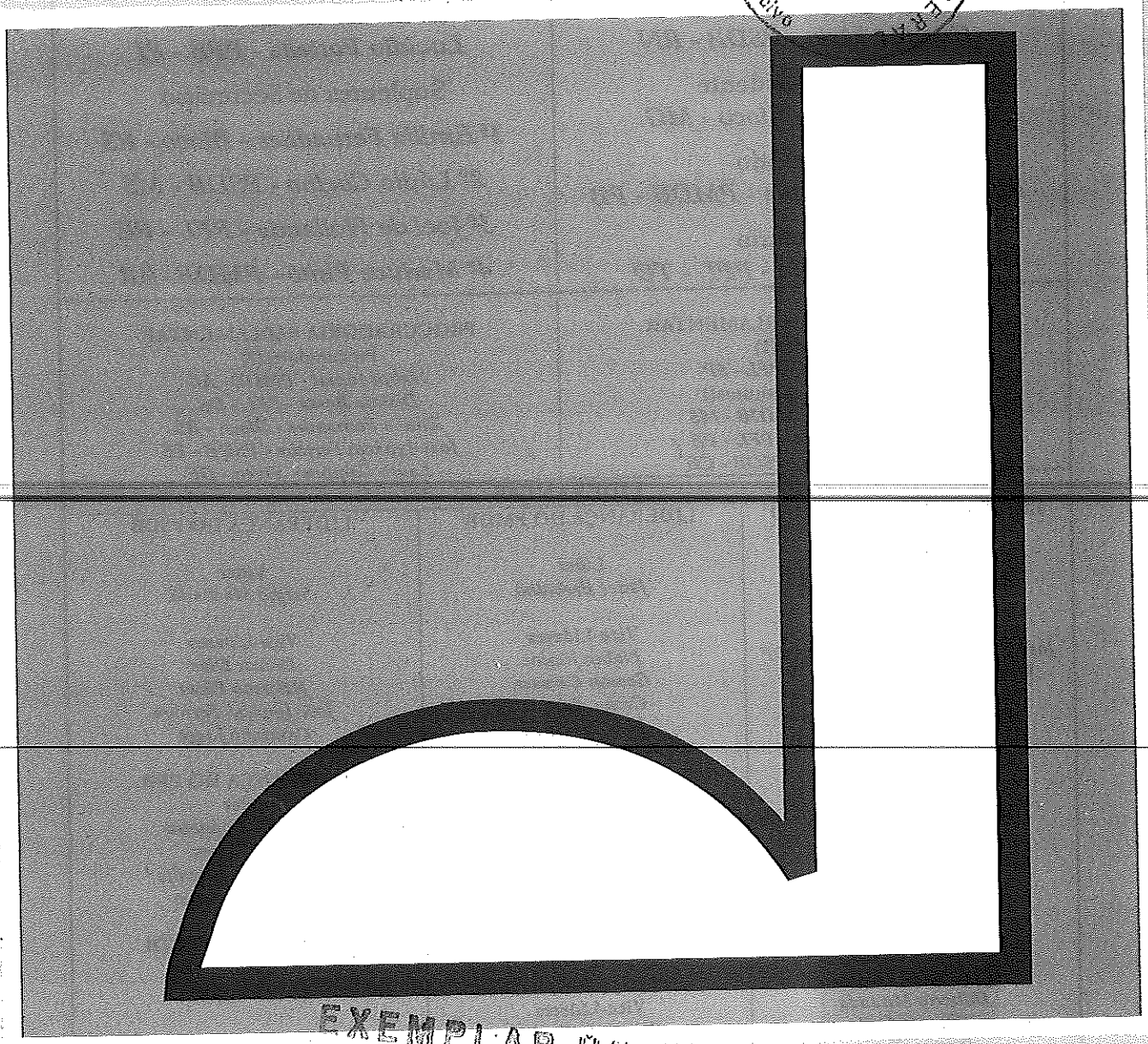
EXEMPLAR UNICO

República Federativa do Brasil

SENADO FEDERAL
Subsecretaria
Arquivo



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIII - Nº 095 SÁBADO, 13 DE JUNHO DE 1998 BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo - PSDB - RN

2ª Vice-Presidente
Júnia Marise - Bloco - MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio - PFL - TO

3º Secretário
Flaviano Melo - PMDB - AC

4º Secretário
Lucídio Portella - PPB - PI

Suplentes de Secretário
1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS
2º Lúdio Coelho - PSDB - MS
3º Joel de Hollanda - PFL - PE
4ª Marluce Pinto - PMDB -RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor(1)
Romeu Tuma - PFL - SP
Corregedores Substitutos(1)
Ramez Tebet - PMDB - MS
Joel de Hollanda - PFL - PE
Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
Procuradores(2)
Nabor Júnior - PMDB - AC
Djalma Bessa - PFL - BA
Emilia Fernandes - Bloco - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES
Lauro Campos - Bloco - DF

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Vilson Kleinübing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS
Romeu Tuma - PFL -SP

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma
Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Fernando Bezerra
Gilvan Borges

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antonio Carlos Valadares
Roberto Freire
José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sergio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Péres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO PPB
Líder
Epitacio Cafeteira
Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB
Líder
Odacir Soares

Atualizada em 5-5-98

(1) Reeleitos em 2-4-97.
(2) Designação: 16 e 23-11-95.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Claudionor Moura Nunes
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Marcia Maria Correa de Azevedo
Diretora da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – RETIFICAÇÃO

– Decreto Legislativo nº 17, de 1997 10199

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 67ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE JUNHO DE 1998

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 373, de 1998-CN (nº 685/98, na origem), de 9 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 17, de 1998-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R$9.869.046,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais), para o fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 10200

2.2.2 – Parecer

Nº 362, de 1998, da Comissão Diretora, sobre o Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 25, de 1997, que altera a denominação da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências **(Redação do vencido para o turno suplementar)**. 10205

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 17, de 1998-CN, constante de mensagem presidencial lida anteriormente. 10213

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.658-13, em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 10213

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.665, em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 10213

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.666, em 5 de junho de 1998 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e Abastecimento, e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R$824.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.. 10214

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.667, em 5 de junho de 1998 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 10214

Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 59, de 1998, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG, e o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento – BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia–Brasil. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente... 10215

Término do prazo, quarta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 60, de 1998, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e trinta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil – TBG, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia_Brasil. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente..... 10215

2.2.4 – Ofício

Nº 543/98, de 10 do corrente, do Líder do Bloco PMDB/Prona na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.662, de 1998. 10215

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Críticas ao Ministro Mendonça de Barros na sua gestão junto ao BNDES e, agora, à frente do Ministério das Comunicações. Comentários sobre as privatizações feitas pelo Governo Federal. 10215

SENADOR *EDISON LOBÃO*, como Líder – Considerações sobre as críticas feitas pelo Senador Lauro Campos em seu pronunciamento..... 10220

SENADOR *BELLO PARGA* – Apelo às lideranças, na Câmara dos Deputados, para celeridade na deliberação do projeto que trata da reforma tributária. Comentários ao posicionamento do Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que se manifestou, no jornal **Folha de S.Paulo**, sobre as reversões de expectativa para a economia brasileira diante da ocupação da Presidência da República, pela oposição. 10224

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Considerações sobre a carta, assinada por 86 personalidades mundiais e enviada ao Secretário-Geral das Nações Unidas, avaliando o controle mundial das drogas. Perplexidade frente à manifestação do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o programa de garantia de renda mínima. 10227

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-26 e 1.615-29, de 1998 (republicação); e nºs 1.658-13 e 1.665, de 1998 (publicadas em suplemento a este Diário)..... 10236

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

7 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 1998-CN, E COMISSÃO DE JULGAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1997

RETIFICAÇÃO

No **Diário do Senado Federal** de 17 de abril de 1997, página 7839, na ementa e no art. 1º,

Onde se lê:

"...em 9 de abril de 1994."

Leia-se:

"...em 9 de abril de 1996."

SENADO FEDERAL

Ata da 67ª Sessão Não Deliberativa em 12 de junho de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Bello Parga e Lauro Campos

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lauro Campos, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 373/98-CN

(Nº 685/98, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R$ 9.869.046,00, para os fins que especifica".

Brasília, 9 de junho de 1998.

Fernando Henrique Cardoso

EM nº 101 /MPO

Brasília, 05 de junho de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA solicita crédito ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997), até o limite de R$ 11.269.046,00 (onze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais), em favor de sua Administração direta.

2. O crédito em questão objetiva o atendimento de despesas relativas à assistência técnica e capacitação de mão-de-obra, no intuito de garantir financiamentos diretamente aos extrativistas, bem como de proporcionar apoio à:

- comercialização da safra da borracha nativa e produtos extrativistas;
- infra-estrutura física nas áreas de produção extrativista;
- implantação e modernização de unidades de beneficiamento; e
- diversificação de produção e incentivos tecnológicos.

3. No âmbito do Programa Comunidade Solidária, tais ações estão inseridas no "Amazônia Solidária", programa esse criado por intermédio da Exposição de Motivos Interministerial nº 4 SE/CS, de 15 de outubro de 1997, visando a garantir o cumprimento do art. 7º da Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, que "Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores da borracha natural e dá outras providências".

4. Do referido pleito, o valor de R$ 9.869.046 (nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais) será viabilizado por crédito especial e R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) pelo orçamento do presente exercício da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

5. Os recursos necessários à viabilização do presente crédito são decorrentes de remanejamento de dotações orçamentárias do órgão 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

6. Este Ministério pronuncia-se favoravelmente ao atendimento do pleito, que requer autorização legislativa para ser viabilizado, estando amparado nas disposições do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas, assim, as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Diante do exposto, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a autorizar a abertura do referido crédito

Respeitosamente,

PAULO PAIVA
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Nº 101 , DE 05 / 06 / 98

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de recursos para implementar ações que visem a estimular a produção e comercialização da Borracha Nativa.

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997).

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa é única para a situação apresentada.

4. Custos:

R$ 9.869.046,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais), decorrentes do remanejamento de dotações orçamentárias.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Não há.

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual	Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 1998-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R$ 9.869.046,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997), em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R$ 9.869.046,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quarenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de remanejamento de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, DOS REC..SOS HIDRICOS E DA AMAZONIA LEGAL
44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HIDRICOS E DA AMAZONIA LEGAL

R$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	NGD	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					9 859 016			6 900 000	2 959 016			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL					9 859 016			6 900 000	2 959 016			
LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE					9 859 016			6 900 000	2 959 016			
03 009 0059 4444 IMPLANTAÇÃO DA POLITICA INTEGRADA PARA A AMAZONIA LEGAL					9 859 016			6 900 000	2 959 016			
ARTICULAR E COORDENAR A IMPLANTAÇÃO DA POLITICA INTEGRADA PARA A AMAZONIA LEGAL APOIANDO TECNICA E ADMINISTRATIVAMENTE O CONSELHO NACIONAL DA AMAZONIA LEGAL, TENDO EM VISTA A APRESENTAÇÃO AMBIENTAL E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POLULAÇÃO ASSISTIDA.					9 859 016			6 900 000	2 959 016			
03 009 0059 4444 0007 APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA DA BORRACHA NATURAL E PRODUTOS EXTRATIVISTAS-PROGRAMA AMAZONIA SOLIDARIA	F	90	0	100	3 000 000 6 000 000 9 000 000			3 000 000 6 000 000 9 000 000				
03 009 0059 4444 0009 ASSIST. TEC. E CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA GARANTIA DE FINANC AOS EXTRATIVISTAS - AMAZONIA SOLIDARIA	F	90	0	100	1 500 000 1 500 000 3 000 000			1 200 000 1 200 000 2 400 000	300 000 300 000 600 000			
03 009 0059 4444 0011 APOIO À INFRAESTRUTURA FISICA NAS AREAS DE PRODUÇÃO EXTRATIVISTA-PROGRAMA AMAZONIA SOLIDARIA	F	90	0	100	1 969 016 1 969 016 3 938 032				1 969 016 1 969 016 3 938 032			
03 009 0059 4444 0013 APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DE BENEFIC. EXTRATIVISTA-PROGRAMA AMAZONIA SOLIDARIA	F	90	0	100	800 000 800 000 1 600 000			280 000 280 000 560 000	520 000 520 000 1 040 000			
03 009 0059 4444 0015 APOIO À DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO E INCENTIVO TECNOLOGICO - PROGRAMA AMAZONIA SOLIDARIA	F	90	0	100	800 000 800 000 1 600 000			420 000 420 000 840 000	380 000 380 000 760 000			
TOTAL FISCAL					9 859 016			6 900 000	2 959 016			

73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO F..ERAL E MUNICIPIOS
73101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA FAZENDA

R$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO II

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	NGD	ID. USO	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA					9 859 016			9 859 016				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR					9 859 016			9 859 016				
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL					9 859 016			9 859 016				
15 078 0485 4619 PRESTAÇÃO DE BENEFICIOS AO PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS												
PROPORCIONAR AO PESSOAL ATIVO DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITORIOS O RECEBIMENTO DOS AUXILIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO E A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS.												
15 078 0485 4619 0001 AUXILIO-CRECHE - EXTINTO TERRITORIO DO ACRE	F	90	0	100	100 858 100 858 201 716			100 858 100 858 201 716				
15 078 0485 4619 0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - EXTINTO TERRITORIO DO ACRE	F	90	0	100	151 902 151 902 303 804			151 902 151 902 303 804				
15 078 0485 4619 0003 AUXILIO-REFEIÇÃO - EXTINTO TERRITORIO DO ACRE	F	90	0	100	351 273 351 273 702 546			351 273 351 273 702 546				
15 078 0485 4619 0001 AUXILIO-CRECHE - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA	F	90	0	100	1 200 000 1 200 000 2 400 000			1 200 000 1 200 000 2 400 000				
15 078 0135 4619 0005 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - EXEINTO TERRITORIO DO AMAPA	F	90	0	100	2 500 000 2 500 000 5 000 000			2 500 000 2 500 000 5 000 000				
15 078 0485 4619 0006 AUXILIO-REFEIÇÃO - EXTINTO TERRITORIO DO AMAPA	F	90	0	100	1 500 000 1 500 000 3 000 000			1 500 000 1 500 000 3 000 000				
15 078 0485 4619 0007 AUXILIO-CRECHE - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA	F	90	0	100	500 000 500 000 1 000 000			500 000 500 000 1 000 000				
15 078 0485 4619 0009 AUXILIO-REFEIÇÃO - EXTINTO TERRITORIO DE RORAIMA	F	90	0	100	816 825 816 825 1 633 650			816 825 816 825 1 633 650				
15 078 0485 4619 0010 AUXILIO-CRECHE - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA	F	90	0	100	868 148 868 148 1 736 296			868 148 868 148 1 736 296				
15 078 0485 4619 0011 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - EXTINTO TERRITORIO DE RONDONIA	F	90	0	100	1 500 000 1 500 000 3 000 000			1 500 000 1 500 000 3 000 000				
TOTAL FISCAL					9 859 016			9 859 016				

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 9.598, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998.

(*) LEI N. 9.479 – DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural, e dá outras providências

.....

Art. 7º O Poder Executivo deverá, no prazo de sessenta dias, contados a partir da entrada em vigor desta Lei, adotar medidas destinadas a promover a ascensão econômica e social dos seringueiros da Amazônia, por meio de mecanismos específicos de incentivo ao uso múltiplo da floresta amazônica e de programas de promoção social.

Parágrafo único. O Poder Executivo garantirá os recursos financeiros necessários à implantação de programas para o adensamento dos seringais nativos, aprimoramento das técnicas de extração e preparo do látex, visando à melhoria da qualidade da borracha, e diversificação das atividades econômicas na região amazônica.

LEI N. 4.320 — DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

.....

Art. 43 — A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa (19).

§ 1.º — Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I — o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II — os provenientes de excesso de arrecadação;

III — os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV — o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las (19).

À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados

PARECER Nº 362, DE 1998

(Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 25, de 1997.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 25, de 1997, que *altera a denominação da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências.*

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de junho de 1998.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, **PRESIDENTE**

GERALDO MELO, **RELATOR**

CARLOS PATROCINIO

JOEL DE HOLLANDA

ANEXO AO PARECER Nº 362, DE 1998

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 25, de 1997.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 1998

Altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Consultoria de Orçamentos, de que trata o Título II, Capítulo II, Seção III, Subseção III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, passa a denominar-se Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF.

Parágrafo único. A função do titular da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle passa a denominar-se Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

Art. 2º A designação para a função de Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle dar-se-á mediante ato do Presidente do Senado Federal.

§ 1º A função de que trata o *caput* é privativa dos servidores da categoria de Consultor de Orçamentos que já tenham cumprido o estágio probatório.

§ 2º O Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle será substituído em seus impedimentos por um Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle previamente designado por ato do Presidente do Senado Federal.

Art. 3º À Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle compete a prestação de consultoria e assessoramento técnico na área de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle:

I - à Mesa;

II - à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

III - às Comissões;

IV - aos Senadores, no desempenho das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Parágrafo único. A prestação de consultoria e assessoramento técnico de que trata o *caput* consiste:

I - na elaboração de estudos na área de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle, quando do interesse institucional do Senado Federal ou do Congresso Nacional;

II - na preparação, por solicitação dos Senadores ou dos membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de minutas de proposições, relatórios e pareceres sobre planos, orçamentos públicos e ações de fiscalização e controle;

III - na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle.

Art. 4º São órgãos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle:

I - Gabinete;

II - Serviço de Apoio Administrativo;

III - Subsecretaria de Apoio Técnico.

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - providenciar o expediente, as audiências e a representação do titular;

II - executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do titular;

III - auxiliar o titular no desempenho de suas atividades;

IV - realizar outras tarefas pertinentes que lhe forem conferidas.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - exercer as atividades de provimento de serviços e materiais necessários à execução dos trabalhos da Consultoria;

II - processar eletronicamente os textos técnicos relacionados com a área de atuação da Consultoria, com vistas a subsidiar a elaboração dos trabalhos;

III - revisar os textos dos trabalhos da Consultoria, quanto aos aspectos gramatical e ortográfico;

IV - efetuar o registro das solicitações de trabalho e controlar o seu atendimento;

V - organizar e gerenciar sistemas de arquivos manuais e eletrônicos;

VI - executar outras tarefas pertinentes que lhe forem conferidas.

Art. 7º À Subsecretaria de Apoio Técnico compete:

I - coletar, organizar e preparar dados e informações sobre planos e orçamentos públicos, execução orçamentária e créditos adicionais;

II - coletar, organizar e preparar dados de natureza econômica e social;

III - coletar, organizar e preparar dados e informações relativos a convênios firmados pela União com Estados e Municípios;

IV - coletar e organizar leis, regulamentos, atos normativos e outras informações essenciais à elaboração dos trabalhos de consultoria e assessoramento;

V - relacionar-se em nível técnico com órgãos e entidades gerenciadoras de bancos de dados afetos aos trabalhos de consultoria e assessoramento.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Apoio Técnico:

I - Gabinete;

II - Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira;

III - Serviço de Pesquisa de Dados Econômicos e Sociais;

IV - Serviço de Legislação e Normas.

Art. 8º Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o titular no desempenho de suas atividades; executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.

Art. 9º Ao Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira compete coletar, organizar e preparar dados e informações sobre planos e orçamentos públicos, execução orçamentária, créditos adicionais e convênios firmados pela União com Estados e Municípios, necessários à elaboração dos trabalhos da Consultoria.

Art. 10. Ao Serviço de Pesquisa de Dados Econômicos e Sociais compete coletar, organizar e preparar dados de natureza econômica e social, necessários à elaboração dos trabalhos da Consultoria.

Art. 11. Ao Serviço de Legislação e Normas compete coletar e organizar leis, regulamentos, atos normativos e outras informações essenciais à elaboração dos trabalhos de consultoria e assessoramento.

Art. 12. A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle será organizada em Núcleos Temáticos, os quais serão apoiados técnica e administrativamente pela Subsecretaria de Apoio Técnico e pelo Serviço de Apoio Administrativo.

§ 1º Os Núcleos Temáticos serão integrados exclusivamente por Consultores de Orçamentos, designados por ato do Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

§ 2º Cada Núcleo Temático terá a coordenação de um Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

§ 3º Os integrantes de cada Núcleo Temático apresentarão ao Consultor-Geral lista tríplice composta por servidores do respectivo Núcleo que não estejam cumprindo estágio probatório, para exercício da função de Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Núcleo correspondente, pelo período de dois anos, admitida a recondução.

§ 4º Os Consultores-Gerais Adjuntos serão escolhidos pelo Consultor-Geral dentre os integrantes da lista de que trata o parágrafo anterior.

Art. 13. Ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle compete:

I - planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de competência do órgão e de suas unidades administrativas;

II - encaminhar à Comissão Diretora o Programa Anual de Trabalho e o Relatório Anual de Atividades da Consultoria;

III - designar servidor para participar de atividades de treinamento ou aperfeiçoamento;

IV - submeter ao Presidente do Senado Federal os nomes dos Consultores-Gerais Adjuntos;

V - solicitar ao Diretor-Geral a designação ou dispensa de servidores do exercício de funções comissionadas e a lotação de servidores de sua escolha na Consultoria;

VI - impor sanções disciplinares, nos limites do Regulamento Administrativo;

VII - desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 14 Incumbe ao Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle:

I - exercer a coordenação técnica do Núcleo Temático sob sua responsabilidade;

II - programar as atividades do Núcleo e distribuir os trabalhos aos seus componentes;

III - acompanhar a execução dos trabalhos e controlar os prazos fixados;

IV - sugerir ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle a realização de cursos, seminários, simpósios, treinamentos e outros eventos

que tenham por objetivo a melhoria da qualificação profissional e da eficiência dos integrantes do Núcleo;

V - a revisão qualitativa de seus próprios trabalhos e, em regime de co-responsabilidade técnica, dos trabalhos dos componentes do Núcleo;

VI - desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou de ordem superior.

Art. 15. Incumbe ao Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico:

I - exercer a coordenação técnica da Subsecretaria;

II - distribuir os trabalhos da Subsecretaria aos Serviços competentes;

III - acompanhar a execução dos trabalhos e controlar os prazos fixados;

IV - controlar a qualidade dos trabalhos de responsabilidade da Subsecretaria, concertando com os respectivos titulares dos órgãos subordinados as alterações que julgar necessárias;

V - sugerir ao Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle a realização de cursos, seminários, simpósios, treinamentos e outros eventos que tenham por objetivo a melhoria da qualificação profissional e da eficiência dos integrantes da Subsecretaria;

VI - desempenhar outras atividades peculiares à função, de iniciativa própria ou ordem superior.

Art. 16. Ao Revisor de Textos incumbe:

I - revisar os textos dos trabalhos da Consultoria, quanto aos aspectos gramatical e ortográfico;

II - redigir a correspondência oficial da Consultoria;

III - executar outras tarefas correlatas.

Art. 17. Ao Assistente de Apoio Administrativo incumbe:

I - auxiliar o Secretário de Gabinete na expedição da correspondência do titular do órgão e no atendimento às partes que solicitem audiências;

II - executar outras tarefas peculiares à função.

Art. 18. Os Consultores de Orçamento terão exercício exclusivamente na Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, exceto quando requisitados pela Presidência da República ou quando designados para exercer função de direção superior nos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Senado Federal.

Art. 19. As solicitações de trabalhos à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle serão feitas em formulário padronizado.

Parágrafo único. As solicitações de que trata o *caput* somente poderão ser subscritas por Senadores no exercício da função parlamentar, pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, pelos titulares dos órgãos de Assessoramento Superior, dos órgãos Supervisionados, do órgão Central de Coordenação e Execução do Senado Federal ou seus Chefes de Gabinete.

Art. 20. A tabela das funções comissionadas da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle passa a vigorar na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 21. São transformados 10 (dez) cargos de Analista Legislativo, nível III, área de apoio Técnico ao Processo Legislativo, especialidade Processo Legislativo, em cargos de Consultor de Orçamentos, nível III, área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, vinculados à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, a serem preenchidos mediante habilitação em concurso público específico de provas e títulos.

§ 1º É autorizado, para o preenchimento dos cargos de que trata o *caput*, o aproveitamento dos candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Consultor de Orçamentos, área de Consultoria e Assessoramento em Orçamentos, regido pelo Edital nº 1-A/96, obedecida, estritamente, a ordem de classificação e o prazo de validade do referido concurso.

§ 2º É autorizada a realização de concurso público específico de provas e títulos para provimento das vagas porventura remanescentes após o aproveitamento de que trata o parágrafo anterior.

Art. 22. São ratificados os Atos da Comissão Diretora nºs 13, 14, 19, 21, 24, 31, 34, 35 e 42, de 1997, e nº 2, de 1998.

Art. 23. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações próprias do Senado Federal.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se os arts. 56, 57, 58 e 59 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

ANEXO I
ALTERAÇÃO NAS TABELAS DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO SENADO FEDERAL

Situação Anterior			Nova Situação		
Consultoria de Orçamentos			Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle		
Nº de funções	Denominação	Código	Nº de funções	Denominação	Código
01	Consultor-Geral de Orçamentos	FC-09	01	Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle	FC-09
04	Consultor-Geral Adjunto	FC-08	05	Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, Fiscalização e Controle	FC-08
20	Consultor de Orçamentos	FC-08	24	Consultor de Orçamentos	FC-03
Gabinete			Gabinete		
01	Chefe de Gabinete	FC-07	01	Chefe de Gabinete	FC-07
02	Assistente Técnico	FC-06	02	Assistente Técnico -	FC -06
02	Secretário de Gabinete	FC-05	02	Secretário de Gabinete	FC-05
01	Auxiliar de Gabinete	FC-03			
Serviço de Apoio Administrativo			Serviço de Apoio Administrativo		
01	Chefe de Serviço	FC-07	01	Chefe de Serviço	FC-07
04	Secretário de Consultoria	FC-05	02	Revisor de textos	FC-06
			08	Assistente técnico	FC-06
Serviço de Apoio Técnico			Subsecretaria de Apoio Técnico		
01	Chefe de Serviço	FC-07	01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
03	Assistente Administrativo	FC-05	03	Chefe de Serviço	FC-07
02	Secretário de Consultoria	FC-05	08	Assistente Técnico	FC-06
			01	Secretário de gabinete	FC-05
Total = 42			Total = 59		

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Do Expediente lido, consta mensagem presidencial, encaminhando o Projeto de Lei nº 17, de 1998-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 17/6 – publicação e distribuição de avulsos;

até 25/6 – prazo final para apresentação de emendas;

até 30/6 – publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 10/8 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória **nº 1.658-13,** adotada em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que "Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Jonas Pinheiro	Júlio Campos
Hugo Napoleão	Joel de Hollanda
PMDB	
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Osmar Dias	Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Eduardo Suplicy	Sebastião Rocha
PPB	
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PFL	
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto
PSDB	
Bonifácio de Andrada	João Almeida
Nestor Duarte	Luiz Piauhylino
Bloco (PMDB/PRONA)	
Sandro Mabel	Valdir Colatto
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Marcelo Déda	Fernando Ferro
PPB	
Hugo Biehl	José Rezende

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-6-98 – designação da Comissão Mista

Dia 15-6-98 – instalação da Comissão Mista

Até 10-6-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 19-6-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 4-7-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória **nº 1.665,** adotada em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Gilberto Miranda
PMDB	
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB

Pedro Piva — José Roberto Arruda

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Eduardo Suplicy — Sebastião Rocha

PPB

Epitacio Cafeteira — Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
PFL	
Reinhold Stephanes	Antônio Geraldo
Jaime Fernandes	João Ribeiro
PSDB	
Aécio Neves	Adroaldo Streck
Arnaldo Madeira	Jovair Arantes
Bloco (PMDB/PRONA)	
Pinheiro Landim	Saraiva Felipe
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Marcelo Déda	Fernando Ferro
PPB	
Odelmo Leão	Gérson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-6-98 – designação da Comissão Mista

Dia 15-6-98 – instalação da Comissão Mista

Até 10-6-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 19-6-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 4-7-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória **nº 1.666,** adotada em 5 de junho de 1998 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e Abastecimento, e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R$824.000.000,00, para os fins que especifica".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	**Suplentes**
PFL	
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Gilberto Miranda
PMDB	
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Coutinho Jorge	Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Eduardo Suplicy	Sebastião Rocha
PPB	
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
PFL	
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto
PSDB	
Aécio Neves	Adroaldo Streck
Arnaldo Madeira	Jovair Arantes
Bloco (PMDB/PRONA)	
Silas Brasileiro	Nair Xavier Lobo
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Marcelo Déda	Fernando Ferro
PPB	
Odelmo Leão	Gérson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-6-98 – designação da Comissão Mista

Dia 15-6-98 – instalação da Comissão Mista

Até 13-6-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-6-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-7-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória **nº 1.667,** adotada em 5 de junho de 1998 e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Gilberto Miranda
PMDB	
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Carlos Wilson	Beni Veras
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Eduardo Suplicy	Sebastião Rocha
PPB	
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PFL	
Inocêncio Oliveira	Abelardo Lupion
José Carlos Aleluia	Álvaro Gaudêncio Neto
PSDB	
Aécio Neves	Adroaldo Streck
Arnaldo Madeira	Jovair Arantes
Bloco (PMDB/PRONA)	
João Henrique	João Alberto
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
Marcelo Déda	Fernando Ferro
PPB	
Odelmo Leão	Gérson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 12-6-98 – designação da Comissão Mista

Dia 15-6-98 – instalação da Comissão Mista

Até 13-6-98 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 22-6-98 – prazo final da Comissão Mista

Até 7-7-98 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) _ Encerrou-se, na quarta-feira última, o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs:

– 59, de 1998, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil _ TBG e o Banco Interamericano de Desenvolvimento _ BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; e

– 60, de 1998, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e trinta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil _ TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento _ BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lauro Campos.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 543

Brasília, 10 de junho de 1998

Senhor Presidente,

Comunico à Vossa Excelência que os Deputados Marcelo Teixeira e Carlos Nelson passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e de Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.662, de 28 de maio de 1998, em minha substituição e do Deputado Wagner Rossi.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. _ Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/Prona.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, depois de mim virá quem de mim bom fará. De alguns tempos para cá, tenho sentido muitas saudades do Ministro

Sérgio Motta. E essas saudades não se devem – ou não se devem apenas – a alguns traços interessantes e positivos de sua personalidade, mas, principalmente, à presença de seu substituto, o Sr. Mendonça de Barros, a respeito de cuja atuação, à frente do BNDES, eu já havia me manifestado e colocado o meu receio de que aquela gestão seria mais ou menos como o cavalo de Átila: por onde passasse não nasceria mais nada.

Antes dele, obviamente, eu já havia falado aqui pelo menos quatro vezes que o BNDES é um tiranossauro, criado por tiranossauros na década de 50, mais precisamente em 1953. Esse banco tem servido apenas para empobrecer mais os pobres, na medida em que transfere recursos dos pobres brasileiros para os eleitos privilegiados, concentradores de renda e de poder nesta sociedade.

Quero lembrar o seguinte episódio: o último ato do General Geisel na Presidência da República foi uma tentativa de evitar que o BNDES transferisse para o Grupo Lutfalla uma enorme importância do Tesouro Nacional, que veio beneficiar a família do Sr. Paulo Maluf.

Seria até bom se por aí parasse a obra desmontadora, a obra que constitui um crime continuado contra o Estado brasileiro e contra o sangue dos trabalhadores e da sociedade, que se coagulou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas "penduraram" o social para ver se enganavam alguém. Para o social, nada! E o Sr. Mendonça de Barros seguiu o caminho já traçado e marcado pela história do BNDES, com a maior desfaçatez, com o maior entusiasmo entreguista, com o maior entusiasmo contra os interesses nacionais.

Não é que eu seja um fanático. Inclusive já escrevi criticamente a respeito do processo de formação e de acumulação de capital na esfera estatal. Eu sabia – publiquei isso em 1982 – que as empresas estatais seriam privatizadas um dia. Mas eu jamais poderia pensar que o Sr. Mendonça de Barros teria tanta ousadia. Depois que saiu do BNDES para substituir o saudoso Ministro Sérgio Motta no Ministério das Comunicações, a sua fúria doadora aumentou ainda mais.

No Brasil, todos sabemos que as grandes empresas, as empresas básicas, as empresas fundamentais, a siderurgia e as indústrias de base no Brasil jamais poderiam ter sido erguidas se não fosse a presença do Estado. A Álcalis, a Siderúrgica Nacional, todas essas empresas foram feitas porque o Estado estava presente, ajudando no processo de acumulação de capital, empregando a sua força e, até mesmo, levando-nos à Segunda Guerra Mundial, como fez Getúlio Vargas, no início da década de 40, em seu encontro com o Presidente Roosevelt no Nordeste do Brasil, para reunir forças e erguer aqui as bases da indústria nacional.

Onde estavam os capitalistas privados? Onde estava o mercado naquela ocasião? Dormia tranqüilamente, e alguns sobreviventes daquela época, em seus livros, acusavam os empresários nacionais de serem dominados por aquilo que eles chamavam de "efeito demonstração". Os lucros ganhos por esses empresários nacionais seriam, por meio desse "efeito demonstração", desviados para a França, para os gastos individuais, para o luxo. Portanto, esses empresários nacionais não eram dignos de qualquer defesa, porque não cumpriam a sua missão principal.

Naquela ocasião, eles não compareceram. Foram principalmente o capital estatal e os empréstimos estrangeiros que permitiram esse primeiro grande passo. E agora? Agora, o Sr. Mendonça de Barros manda avaliar, por exemplo, a Vale do Rio Doce, fundada nos anos 40, empresa que rompeu barreiras e mostrou a capacidade de administração, de construção, de gestão e de pesquisa de uma empresa estatal. No final, duas avaliações, pagas pelo próprio BNDES, foram feitas: uma avaliando a empresa em R$11 bilhões; e outra, em R$12 bilhões. O que acontece? O BNDES "entrega a rapadura", a Vale do Rio Doce, por R$3,2 bilhões.

Ora, na minha terra, diz-se que "quem desdenha quer comprar". São os compradores que desvalorizam o produto para pagar mais barato. Nenhum dono de automóvel ou de casa dirá ao comprador: "Olha, o meu carro "está bichado", tem problemas na transmissão, ali e aqui". Não! Quem desdenha quer comprar.

O BNDES e o Sr. Mendonça de Barros fazem o contrário. Eles depreciam aquilo que estão vendendo. Foi feita uma avaliação da ordem de R$11 bilhões, mas venderam aquela companhia por R$3,2 bilhões. Isso é suspeito, pois é contrário a toda lógica até então existente na humanidade. Quem deprecia é quem quer comprar; o vendedor sempre "embeleza a noiva", aumenta o preço do seu bem para vendê-lo. Passou-se a fazer a regra contrária: o Governo brasileiro deprecia a sua empresa, diz que "a noiva está usada". Isso é, pelo menos, suspeito.

Por exemplo, no caso da Light, além dessa depreciação feita pelo Sr. Mendonça de Barros, o próprio BNDES se empenhou no sentido de financiar os compradores e de sustentar o leilão de vendas, que

fracassaria se não fosse esse dinheiro emprestado pelo vendedor ao comprador.

Mais uma vez, tenho saudade do Ministro Sérgio Motta, que havia dito que a Embratel seria vendida por cerca de R$30 bilhões. O Sr. Mendonça de Barros assume o seu lugar, trazendo sua experiência do BNDES – suspeita sim, porque quem desdenha quer comprar – e diz que o Sr. Sérgio Motta era um exagerado, que a empresa vale muito menos do que havia sido calculado pelo otimismo do Sr. Sérgio Motta. Assim, ao invés de R$30 bilhões, a empresa vale R$13 bilhões. S. Exª é vendedor ou comprador? Ou será as duas coisas ao mesmo tempo?

Nós somos "neobobos" e precisaríamos ser muito mais bobos para não nos estarrecermos diante desse fato, que se repete com uma contumácia incrível em todos os casos de privatização que ocorreram nos últimos anos.

Pois bem, já se começa a entrar na Justiça novamente para tentar impedir a doação, o leilão doador dessa grande empresa nacional.

Agora, não sei mais se em sua última, penúltima ou antepenúltima viagem ao exterior – porque elas se sucedem com tanta intensidade, com tanta freqüência que não sabemos mais se se trata da última, da penúltima ou da antepenúltima viagem de Sua Excelência ao exterior -, sei que foi depois de o Presidente da República ter dito que não existe oposição. Nós, "neobobos", não fazemos oposição ao Governo de Sua Excelência. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é o Governo e a Oposição ao mesmo tempo. A sua inteligência é tão grande, tão universal que Sua Excelência consegue desempenhar o papel do Governo e da Oposição. E representa tão bem o papel da Oposição que realmente não precisaria existir oposição a seu governo. Sua Excelência mesmo é eficientíssimo em derrubar os seus índices e em mostrar, com a sua presença sempre terna, diária, constante na "telinha" o que é capaz de fazer. Conseguiu empatar com o candidato Lula, nas pesquisas de preferência eleitoral. De modo que a estratégia da Oposição, desde que está tão bem servida no Governo, deveria ser silenciar-se nesta campanha eleitoral.

Acontece que Sua Excelência disse que seus assessores estavam indo conseguir recursos externos para a privatização das empresas estatais ainda remanescentes. Tomar dinheiro emprestado deveria ser para comprar alguma coisa! Mas o Governo desvaloriza o patrimônio e ainda vai buscar dinheiro emprestado para vender empresas estatais. Numa situação dessa, não precisa Oposição. Os fatos se opõem ao Governo. A realidade se eriça e protesta contra o que este Governo esta fazendo.

Agora, na última viagem aos Estados Unidos, o Presidente da República declarou que não há razão para desassossego, que o déficit público está perfeitamente controlado. Acontece que as contas é que estão erradas dessa vez. O déficit anunciado foi de R$3.6 ou R$3.7 bilhões nesse último trimestre e, bem depois, vieram dizer que tinham se esquecido de acrescentar ao déficit primário os juros, que este Governo elevou a níveis estratosféricos, passando e repassando o dinheiro para banqueiros e carregadores dos títulos da dívida pública. E, agora, o que acontece? Em vez de R$3.6 bilhões, é de mais de R$7 bilhões o déficit nesse trimestre, quem sabe se, diante de 100% de acréscimo nas contas do próprio Governo, teria Sua Excelência motivos para se preocupar, ao contrário do que disse nos Estados Unidos! Há motivos para se preocupar, quando as contas são as reais e não as fictícias, as imaginárias, as manipuladas pelos agentes do Governo. A situação é realmente preocupante.

De hoje até o dia 4 de outubro vão vencer R$148 bilhões de títulos do Governo. Esta brincadeira de empurrar o País para a frente através de endividamento nunca deu certo. E, agora, a alimentação da ciranda financeira através da emissão de títulos, LTNs, OTNs, RTNs, etc, deu no que deu: R$148,2 bilhões apenas dos títulos federais mais negociados no mercado.

A queda-de-braço entre o mercado e o Banco Central por juros maiores e prazos menores, portanto, está apenas começando. E o que é que disse o Sr. Presidente do Banco Central? Disse que o **overnight** está voltando, o execrável **over;** o **over**, para cuja superação o Brasil pagou tanto e tão caro. Reduzimos a inflação, que produzia o **over**. A moeda se desvalorizava, naqueles velhos tempos dos incompetentes no governo, de tal maneira que nenhum detentor de dinheiro ficava com ele por muito tempo, em forma líquida, como dizem os economistas, porque o dinheiro se desvalorizava dia a dia. Então, é óbvio que, diante de uma inflação enorme, uma taxa de juro imprevisível, o Banco Central e o Governo Federal só conseguiam dinheiro emprestado a prazos cada dia e cada vez menores, e a juros bastante elevados, instaurando a ciranda financeira no Brasil.

Agora, está de volta! Quem diz isso não é um Senador do PT, da Oposição; é o Presidente do Banco Central. Mas agora não há inflação, e ela é que produzia o fenômeno do **overnight**, dos em-

préstimos de 24 horas, de 12 horas, de dinheiro que apenas dormia, para não se desvalorizar durante a noite, no Banco Central, no colo do Governo! Por que agora está voltando, se a inflação permanece próxima de zero? É porque agora o que falta é a confiança no Governo. Aqueles que têm dinheiro já não confiam mais em emprestá-lo ao Governo por 60, 90, 120 dias. Eles não sabem como estará o Governo nesse prazo, considerado médio, de empréstimos. Portanto, eles se negam a comprar papéis do Governo, para que este possa, com o dinheiro recebido dessa venda, pagar essa dívida vincenda de curto prazo, os R$148,2 bilhões que vencerão até o dia 4 de outubro.

Vou ler aqui, porque aquilo que é óbvio, quando expresso por um Senador da Oposição, pode parecer um exagero com fins políticos. Pois bem, não se pode esconder mais, e agora é outro jornalista econômico, o Sr. Aloysio Biondi, quem afirma:

> "Em bom português: os aplicadores e banqueiros, nacionais e internacionais, não confiam mais na capacidade de o governo e o Brasil honrarem seus compromissos; por isso, sabem' que os juros vão subir ainda mais; por isso, não aceitam contratar a taxa de juros na hora da compra dos títulos, exigindo que eles sejam calculados somente na hora do resgate.

Diz ainda que o Governo brasileiro está quebrado.

Lá fora, Sua Excelência, o Presidente de uma nova ou de uma outra República – não parece ser o Presidente dessa nossa sofrida República – diz que não há motivos para preocupação.

Pois bem, está aqui:

> "Em dias recentes, o Tesouro esteve literalmente às portas da falência, do encilhamento' – pois é esse o significado do fato, pouco noticiado pela imprensa, de o Tesouro ficar vários dias sem conseguir vender seus títulos no mercado financeiro..."

Foram 13 bilhões que o Banco Central finalmente conseguiu colocar no mercado. Para tanto, o prazo de vencimento diminuiu, e os juros só serão calculados na data do vencimento. Com o juro de hoje, elevadíssimo, ninguém empresta dinheiro ao Governo. São R$148 bilhões que vão vencer, e foi concedido um empréstimo de apenas R$ 13 bilhões, se o juro for aquele do dia do vencimento. Logo, eles esperam ganhar mais, porque não são o Sr. Mendonça de Barros, nem têm a sua cabeça estranha. Esperam, portanto, que, no final do prazo desses empréstimos que concederam ao Governo, da compra de papéis, o juro, no dia do vencimento, seja muito maior que esse enorme juro de hoje.

Leio mais uma vez:

> "Em dias recentes, o Tesouro esteve literalmente às portas da falência, do encilhamento' – pois é esse o significado do fato, pouco noticiado pela imprensa, de o Tesouro ficar vários dias sem conseguir vender seus títulos no mercado financeiro e, conseqüentemente, sem dinheiro para recomprar os títulos antigos que iam chegando a sua data de resgate... Quebra', mesmo" – assim conclui o jornalista Aloysio Biondi.

Alegando, agora, que o Estado está quebrado, esquecendo-se de que foram eles que o quebraram, têm de entregar as empresas estatais a preço de banana para fazer caixa. Vendem barato demais: venderam por R$ 3,2 bilhões a Companhia Vale do Rio do Doce, avaliada por eles mesmos em R$11 ou R$12 bilhões! Como vendem tão barato, são os barateiros do século.

Assim, se não me falha a memória, com essas vendas, o BNDES, por intermédio do Sr. Mendonça de Barros, até hoje conseguiu arrecadar R$18 bilhões pela arrematação das empresas públicas brasileiras, mesmo com empréstimos do BNDES e de empréstimos externos para vender. O vendedor está tomando empréstimo externo para vender o nosso patrimônio! É óbvio que esse "buraco negro" da dívida pública conduz o Governo, pois os juros custaram ao País R$51 bilhões de reais em um ano, o que representa 5,7% do PIB nacional.

Lembramos aqui a luta fantástica, quase quixotesca, do Ministro Adib Jatene para conseguir fazer passar a CPMF e, por seu intermédio, conseguir R$ 4 bilhões para a saúde.

Não conseguiu, mas o Governo, em um ano, entregou R$51 bilhões aos especuladores, aos carregadores da dívida pública, àqueles que emprestam de acordo com as leis do mercado e segundo seus interesses privados e particularíssimos. Só emprestam dentro do prazo que determinam – prazo curto – e a juros pós-fixados. Logo, o **overnight** está de volta, e agora, não foi a desvalorização da moeda, a inflação que engendrou esse sistema da ciranda financeira e do **overnight.** Não é o dinheiro quente, o dinheiro que esquenta e se desvaloriza nos bolsos, que obriga os seus detentores a realizarem esses empréstimos. Atualmente, na etiologia desse fenômeno – a volta do **overnight** – encontram-se, obvia-

mente, outras causas, outras variáveis, e não a inflação. Não é a moeda desvalorizada que está causando o **overnight**, mas é o Governo que está desmoralizado e quebrado. Por isso, ninguém tem coragem de emprestar a longo prazo e a juros incertos. Agora, o fenômeno do **overnight** tem outras raízes, outra etiologia, outras causas bem mais graves do que aquelas existentes na época inflacionária, que levavam os detentores do dinheiro a se proteger contra a sua desvalorização, aplicando no **over**, fazendo aplicações a prazos curtíssimos, de 24 e 48 horas.

Sr. Presidente, S. Exª, o Presidente do Banco Central, sorriso de lagarto, não precisa explicar – e nem tem como fazê-lo – por que o **over** voltou. Apenas afirma: o **over** está de volta. O que está por trás da volta dessa velha senhora é algo muito grave que alia-se, desta vez, à entrega das empresas estatais a preço de banana. Privatização financiada por empréstimos externos ou pelo BNDES.

Ora, que País é este? No princípio, as empresas estatais, que passaram a ser insultadas de todas as maneiras, foram criadas pelo Estado, pelo dinheiro do Governo, por empréstimos, por inflação, por dívida externa e por arrocho salarial. Assim se construiu o império das empresas estatais. Os empresários nacionais não tiveram nem conhecimento, nem técnica, nem recursos suficientes para fazer o que o Governo fez. Depois de feitas, os empresários nacionais não têm dinheiro para comprar, na bacia das almas, as empresas estatais.

A economia tem de ser de mercado. E qual é a contribuição do mercado? No princípio, nenhuma: não conseguiram fazer as empresas estatais, erguer esse patrimônio fantástico que o Brasil conseguiu acumular. E agora? E agora José? Eles não têm dinheiro para comprar, não conseguem comprar ou não querem comprar ou têm outras aplicações com rentabilidade superior. Não querem comprar uma empresa que vale onze por 3,2. Não querem comprar uma empresa cujo valor o saudoso Ministro Sérgio Motta estimou em R$30 bilhões por R$13 bilhões. É preciso empréstimos externos e a ajuda do BNDES para esses grandes empresários nacionais eficientes! Vejam os bancos quebrados: com qual eficiência se quebrou o setor de maior rentabilidade do País?

Eles agora não conseguem – mostram a sua eficiência, a sua capacidade de gestão e de administração, a sua inteligência superior à inteligência burocrata das empresas estatais – comprar na bacia das almas as empresas estatais desmoralizadas e depreciadas pelos seus vendedores – o Governo nacional, o Governo Federal do Brasil.

Portanto, é realmente estarrecedora esta situação. Não pensemos que existe uma salvação mágica. Se houvesse uma eleição por ano no Brasil, talvez, quem sabe, poderíamos finalmente chegar lá, levar recursos para o social.

No ano passado, Sua Excelência, o Presidente da República – numa entrevista dada no dia 19 de junho à **Gazeta Mercantil**, páginas 9, 10 e 11 – fala, confessa que o "Brasil em Ação", esse plano que está na televisão toda hora, esse plano televisivo – e é televisivo, sim -, esse plano propagandístico, Sua Excelência afirma que, por intermédio do "Brasil em Ação", pretende salvar alguns setores da economia brasileira. Então o plano "Brasil em Ação" é um plano de salvamento daquilo que restou na economia brasileira depois da abertura que, nessa mesma entrevista, Sua Excelência, o Presidente da República, reconhece que foi exagerada.

Esse Presidente do Banco Central de hoje é que fez um exagero, ele disse que, se o candidato Lula vencer as eleições, haverá o caos. Foi ele que deu o calote e falou antes da eleição do Collor que, se o Lula ganhasse, daria o calote que ele deu. Naquela eleição, ele disse que o Lula daria o calote. Quem deu o calote foram eles mesmos, foi ele próprio e o Sr. Kandir. E desta vez, quem irá construir o caos, este caos que já está construído, seguramente, não será o Presidente Lula, quando eleito.

Vejamos, por exemplo, a educação, que é um setor do coração do Presidente da República, que foi professor – não por muitos anos, porque ele teve de se aposentar prematuramente e não mais voltou à sala de aula. O que vemos em relação à educação é que esse plano "Brasil em Ação" e outras medidas que agora deverão pender para o social justificam a manchete: "Governo abre cofre a gasto social". Na hora da reeleição, eles abrem o cofre para o social, para aquilo em relação ao qual havia o maior desprezo neste País. Isso foi publicado no **Jornal do Brasil** de 7 de junho: "Governo abre cofre a gasto social". Se tivesse uma eleição por ano, os cofres para o social continuariam abertos. Por isso é que estou dizendo que gostaria de ter uma eleição anual para Presidente da República. Dessa forma, recursos para os gastos na área social jorrariam permanentemente, de ano em ano um novo fluxo de recursos para o social.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria apenas de mostrar que para a educação, por exemplo, a variação entre 1995 e 1997 para instrumental para ensino

e pesquisa foi de 53,2% negativos, a coordenação e manutenção de pesquisa, 61,3% negativos, a concessão de bolsas de estudo 6% positivos. Onde o Governo brilhou, aumentou seus gastos para a educação foi justamente no desenvolvimento de campanhas publicitárias: uma variação de 696% entre 1995 e 1997. Foi de 696%, repito, enquanto houve diminuição de 53% no instrumental para ensino e pesquisa e de 61% na coordenação e manutenção de pesquisa. Para o objetivo principal, para o objetivo eleitoral, houve um aumento de 693%.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF) – Infelizmente só se o Presidente permitir, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não é possível, Senador Eduardo Suplicy. O orador já está na tribuna há quarenta minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Mas terei oportunidade de falar a respeito quando fizer o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Correto.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF) – Agradeço a tolerância e o aparte de V. Exª e encerro aqui as minhas palavras.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-DF) – Agradeço também o empenho do Senador Lauro Campos em manter vivo o trabalho do Senado Federal nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, embora a Oposição nesta Casa seja numericamente pouco expressiva, devo admitir que ela se faz presente nas tribunas e competente nas injustiças que pratica ao Governo Federal.

Acabei de ouvir o discurso do eminente Senador Lauro Campos, um dos mais ativos e eminentes líderes oposicionistas no Senado Federal. Eu diria, no entanto, que seu pronunciamento é um rosário de injustiças ao Governo. Não quero me deter em pormenores do que S. Exª disse, mas não posso deixar de me referir, pelo menos, ao problema das privatizações.

O que o País faz, neste momento, Sr. Presidente, é exatamente aquilo que o mundo inteiro praticou: a privatização. Ou será que queriam que o Brasil se colocasse na contramão da História e ali permanecesse? Não creio!

Uma das primeiras empresas nacionais privatizadas foi a Companhia Vale do Rio Doce. Coloquei-me vigorosamente contrário a essa privatização – mas apenas essa -, tendo em vista o argumento de que estávamos vendendo aquilo que não sabíamos o quanto valia: o subsolo nacional. Muitos argumentaram contrariamente levantando a bandeira da eficiência da empresa, o que era uma realidade, porém uma eficiência não tão elevada a ponto de impedir a privatização por conta disso. Mas o subsolo sim, isso era um argumento denso, significativo. Afinal, foi privatizada.

Todavia, no que se refere às demais empresas que estão sendo vendidas pelo Governo, estas deveriam ter sido alienadas há muito mais tempo. E por que foram constituídas, haveria de perguntar o Senador Lauro Campos. No momento, foram até contestadas pela Oposição de hoje. Foi o período revolucionário, no momento em que elas eram indispensáveis, e a iniciativa privada não possuía condições para gerir aqueles setores dos quais se incumbiram as empresas estatais brasileiras.

E graças a esses empresas assim constituídas é que o Brasil avançou, na década de 60, da 47ª posição econômica no mundo para a 8ª posição, honrosa para nós. Isso ocorreu graças às empresas estatais, que promoveram o desenvolvimento nacional como nunca ocorrera no passado. Mas caminhávamos para um sistema socialista. Cerca de 60% da economia nacional estava em mãos das empresas estatais. Àquela época, a Oposição falava nas multinacionais como se estivéssemos nós, brasileiros, entregando nosso patrimônio a essas empresas e como se elas fossem, sozinhas, capazes de elidir a soberania nacional. Isso era uma falácia pura àquela época, como o é hoje também.

A Inglaterra, por exemplo, privatizou todas as suas empresas. Lá estive, presidindo uma comissão composta por Senadores e Deputados, exatamente para examinar o processo de privatização que ocorreu nesse país. O que se deu lá depois da privatização, um país organizado, competente e sério? Todos os serviços públicos melhoraram, e seus custos baixaram significativamente. Quero com isso dizer que a privatização é um bem e não um mal, como se procura demonstrar neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se formos, por exemplo, à Itália, veremos que tudo está sendo privatizado, até mesmo igrejas e templos. Esse é um sistema moderno. A iniciativa privada precisa ocupar cada vez mais o seu espaço e deixar o Estado ocupar apenas aquilo de que não pode alhear-se.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Ouço o eminente Senador Bello Parga com prazer.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Peço desculpas, inicialmente, por interromper o fluxo do seu pensamento, tão bem expresso neste momento, quando se refere à privatização. Só queria acrescentar aos argumentos de V. Exª o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, cuja privatização foi apoiada pela grande maioria dos seus próprios operários. A maneira como ela foi privatizada disseminou entre a população o capital da empresa, com preferência ou prioridade para os próprios operários. Foram eles os maiores beneficiários da venda das ações na privatização. Houve, portanto, o apoio quase unânime do operariado da Companhia Siderúrgica Nacional no seu processo de privatização. Foi essa a verdade que ficou bastante clara e evidente, a qual trago apenas como reforço aos argumentos de V. Exª tão bem expostos neste momento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Agradeço o extraordinário reforço que V. Exª nos traz ao lembrar esse episódio, que é importante nas considerações que deveremos fazer no que diz respeito à privatização, porém não foi só nesse caso, Senador Bello Parga. As demais empresas que estão sendo privatizadas o são, em boa parte, com a participação dos fundos de pensão dos trabalhadores. Os fundos estão ativamente participando do processo de privatização deste País. Portanto, são os próprios operários brasileiros, os trabalhadores, que estão participando intensa e ativamente desse processo de privatização.

Quando ouço o eminente Senador Lauro Campos – e é uma pena que S. Exª tenha sido agora guindado à Presidência da Casa e não possa, aqui no Plenário, participar deste debate, mas nos honra presidindo a Casa – dizer que o País está praticamente quebrado, sei que está cometendo outra injustiça contra o Governo. Ontem eu ouvia pelas emissoras de rádio que o Governo tem tanta reserva externa em dólares – US$72 bilhões – que está a ponto de abrir mão de uma parte dela, cerca de US$20 bilhões, para abater parte da dívida interna. Chegamos a este ponto positivo. Um país que possui US$72 bilhões em reservas não é um país quebrado; muito pelo contrário, está exibindo saúde financeira ao mundo inteiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um grande estadista. Sua Excelência anda pelo mundo representando o Brasil e representando bem. Recordo-me de uma frase do Embaixador Roberto Campos, quando diz que o Presidente Fernando Henrique é um Presidente de exportação. Com isso, ele quis exaltar a figura de Sua Excelência.

O Brasil, grandioso País, precisava ter, de fato, um Presidente dessa dimensão, que também governa bem o País internamente. Os seus ministros são capazes. O Ministro da Fazenda, Pedro Malan, cumpre com extraordinária competência o seu papel de gestor da economia nacional. Não há setor brasileiro em que a Administração Pública não esteja se havendo bem. É claro que há momentos em que alguma coisa poderia ter sido melhor. Eu próprio, que sou um dos Líderes do Governo, vim a esta tribuna criticá-lo no episódio da seca, em que ele poderia ter se antecipado. Mas, no geral, o Governo merece os meus aplausos e a defesa que aqui faço, porque está no caminho certo, está cumprindo bem o seu papel. O Presidente Fernando Henrique Cardoso será reeleito Presidente da República para prosseguir na política que vem encetando neste País, que faz bem ao Brasil, que faz bem à Nação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Com todo prazer, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Prezado Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, diante das observações que V. Exª fez sobre as palavras do Senador Lauro Campos, gostaria de dizer que é importante refletir sobre as admoestações que S. Exª faz e as conseqüências para a economia brasileira com respeito à sofreguidão com que o Governo tem realizado certas privatizações, sobretudo essa referente à Telebrás, que tanta polêmica está causando. O Senador Lauro Campos chamou a atenção para um fato muito significativo. O BNDES, que se constitui na maior fonte de financiamento ao setor privado da economia brasileira e que tem como sua principal fonte de recursos um fundo que, nominalmente, é de propriedade dos trabalhadores, tem colocado à disposição de grupos econômicos nacionais fortíssimos, alguns outros em associação com grupos financeiros internacionais, créditos a longo prazo para aquisição de empresas que eram patrimônio público brasileiro. Chamou a atenção para o fato de que esses grupos econômicos têm obtido facilidades para adquirir empresas estatais e para o fato de que o Ministro Sérgio Motta havia avaliado, em certa ocasião, em R$40 bilhões, depois diminuiu para R$30 bilhões, o conjunto das empresas Telebrás. O próprio Ministro que o substituiu, Luiz Carlos Mendonça de Barros, chegou a avaliá-las em R$20 bilhões e, aos poucos, foi diminuindo para algo em torno de R$13 bilhões. Ora, V. Exª há de convir que, na medida em que, no ano passado, o conjunto des-

sas empresas faturou US$22 bilhões, teve um lucro líquido de US$4,3 bilhões e realizou um total de investimentos de US$7,5 bilhões, vender esse conjunto de empresas por R$13,5 bilhões soa como algo estranho. E, lá em Nova Iorque, o Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros disse que a data está definida e não mais será alterada. Então, foi natural o comentário feito por muitos analistas – dentre os quais Aloysio Biondi, citado pelo Senador Lauro Campos e que publicou artigo na **Folha de S.Paulo** há poucos dias, se não me engano ontem – chamando atenção para a seqüência desses acontecimentos, inclusive afirmando que o Congresso Nacional deveria tomar uma atitude a respeito. O Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, assim como o Governador Leonel Brizola chamaram a atenção para esse fato, e Lula levantou a hipótese de um possível interesse em recursos de campanha. O Presidente da República se sentiu ofendido e solicitou a seus assessores jurídicos que encaminhem à Justiça um pedido de esclarecimento com respeito ao que o candidato à Presidência da República pelo PT, PDT, PCdoB e PSD afirmou. Mas Lula, adiantando-se, propõe que seja constituída uma comissão arbitral onde haja a representação de especialistas indicados pelo Governo, pela Oposição e até também, digamos, uma terceira parte que pudesse ser de comum acordo. Esses especialistas podem ser, por exemplo, de empresas de auditoria que viessem a avaliar o valor real do conjunto de empresas da Telebrás, para que não fique nenhuma suspeição no ar. Gostaria inclusive de transmitir a V. Exª que essa proposta é aquela que nós, do PT, fazemos ao Governo, porque, em vez de os candidatos à Presidência ficarem apenas no bate-boca, melhor seria apresentar um assunto que realmente interessa à Nação brasileira, ao povo brasileiro. Vamos ser objetivos. Assim, conclamo V. Exª, como Líder do PFL em exercício e Líder do Governo, que pondere sobre essa questão, inclusive junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Seria uma boa solução aceitarmos a proposta de Lula de se fazer uma auditoria para se saber o valor real da Telebrás, antes de efetivado o leilão.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de lembrar-lhe que foi por uma inadvertência minha que V. Exª pôde usar da palavra para fazer o aparte que está fazendo, já que o orador encontra-se na tribuna por apenas cinco minutos. Então, peço a V. Exª que abrevie o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Já concluí, deixando a sugestão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, na verdade, hoje não temos Ordem do Dia, e eu estava no pressuposto de que falava no prazo de vinte minutos e não cinco. Entendi que V. Exª interferia no aparte do Senador Eduardo Suplicy em socorro não do orador, mas sim do Regimento, que fala das intervenções breves, não além de dois minutos, e para o quase desespero meu, que estava encantado com o aparte do Senador Eduardo Suplicy, entendendo que poderíamos prosseguir nesse debate por longo tempo.

De qualquer forma, não quero opor-me a V. Exª e vou concluir o meu discurso, dizendo, todavia, ao Senador Eduardo Suplicy que a proposta que a Oposição por sua palavra agora faz, a meu ver, não é desarrazoada. Porém, não devemos perder de vista o fato de que uma empresa dessa natureza não é vendida a um comprador e, sim, posta em concorrência. Os candidatos aparecem e oferecem os seus valores, fazendo suas propostas em envelopes fechados. Portanto, o Governo não vai vender por um preço vil para beneficiar alguém: ele tem interesse de vender pelo maior preço possível. O debate em torno da venda da Telebrás já se alonga por mais de um ano. Empresas internacionais de toda origem aqui vieram para avaliar o patrimônio da companhia e o fizeram por intermédio de consultorias especializadas. Agora, com os seus interesses preservados, irão participar do leilão oferecendo as suas propostas.

Quero com isso dizer que é uma infâmia ao Presidente da República e ao Governo entender-se que o Governo pretende vender por um preço vil o patrimônio nacional para se beneficiar com um fundo de campanha, como foi dito pelo Presidente de Honra do PT. Por isso S. Exª terá que responder perante a Justiça. E amanhã não se diga que o Presidente da República pretendeu ganhar a eleição não nas urnas, e sim no Poder Judiciário. Creio que as pessoas são livres para dizer o que pensam, porém, devem responder pelos excessos que cometerem.

Devo dizer a V. Exª que tenho muita admiração pelo candidato do PT, admiração pessoal. Mas essa admiração não me autoriza a anistiá-lo dos excessos que venha a cometer no curso da campanha. E esse é um excesso grave. Jamais se viu o Presidente Fernando Henrique atribuir ao candidato Lula algo desse jaez. Também não se pode admitir que, sendo da oposição, tenha ele imunidade para fazer o que fez.

A Companhia será vendida pelo maior preço oferecido em um leilão público; mais do que público, internacional. O que não se pode é obrigar o comprador a pagar o dobro, o triplo daquilo que ele acha que vale – e não se trata de um comprador, mas de todos os que comparecerem à concorrência.

Entendo até que se poderia pensar na comissão proposta por V. Exª. Mas aonde iríamos chegar com ela? Vamos admitir que ela avalie o patrimônio da Telebrás em R$40 bilhões, por hipótese. Colocada em leilão, poderiam aparecer interessados oferecendo R$13, R$15, R$20 bilhões. Nesse caso, não se venderia? Não se vai vender nunca a Companhia? São cuidados que devemos ter para sermos realistas. Compreendo que, com a Vale do Rio Doce, talvez devêssemos ter tomado uma providência dessa natureza, em razão do desconhecido, que era o subsolo. Mas em relação àquilo que está sobre a terra, conhecido, é só fazer uma avaliação perfeita por consultorias responsáveis que existem no País e no mundo. Caso contrário, estaremos apenas patinando em torno do desejável, e não daquilo que é o objetivo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Mas V. Exª há de convir que se o mesmo argumento é válido com respeito ao subsolo, o que se dirá então sobre aquilo que está no ar? As telecomunicações são feitas pelo ar, com uso de satélites, com possibilidades extraordinariamente desenvoltas em função dos satélites que não param de progredir.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Eu me habituei a admirar tanto V. Exª pela força dos seus argumentos, e V. Exª agora reduz em mim essa admiração, com a pobreza desse argumento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – V. Exª, que conhece tão bem o sistema de telecomunicações, não está consciente de que, graças aos satélites, a Telebrás tem-se desenvolvido extraordinariamente? V. Exª não sabe que os telefones celulares, que estão gerando essa potencialidade enorme, que aumentaram nesses últimos dez anos, decorre da tecnologia que não pára de progredir nessa área? Há também um fator imponderável no ar, da mesma maneira que não se conhece toda a riqueza do subsolo. Era esse o argumento que queria utilizar como paralelo.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Eu queria apenas dizer que os equipamentos e as tecnologias são concretos. Eles não estão no subsolo, mas no ar, gerados por equipamentos manejados por pessoas. Não há como fazer uma analogia nesse campo, nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Bello Parga, não se preocupe e não se exaspere com isso. Afinal de contas, o argumento do Senador Eduardo Suplicy surgiu pela ausência de outro. Como S. Exª não tem o que dizer sobre essa matéria, que parece tão clara, tão transparente e tão translúcida, vem com o argumento do satélite.

Senador Suplicy, preocupa-me o fato de que será lançado, em setembro próximo, um sistema internacional chamado Iridium, por meio do qual será utilizado um telefone celular internacional. Hoje – e só recentemente vim a saber disso -, apenas 10% do Globo terrestre são cobertos por telefonia de alguma natureza; 90% são os mares, os desertos, os países mais pobres, onde não há telefone. Agora, está surgindo o Iridium, que vai cobrir 100% do Globo terrestre.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – São 66 satélites lançados por todo o Globo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois bem, aí sim, vamos assistir a uma verdadeira revolução tecnológica nesse setor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Feito isso, com o Iridium, quanto não valerá a mais a Telebrás, o conjunto das empresas?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Pois a minha preocupação é exatamente o contrário. Feito isso, quanto menos valerá a Telebrás? Daí a pressa, talvez, de se vender a empresa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Por uma coisa ou por outra, melhor averiguar bem. Como V. Exª entendeu razoável a proposta – e considero muito importante a atitude de V. Exª -, poderá haver um ponto de acordo entre Governo e Oposição e de respeito mútuo no que se refere à essa situação, que está sendo tão polemizada.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Sr. Senador Edison Lobão, eu gostaria de dizer que, infelizmente, o Regimento é surdo – e, como Presidente momentâneo, estou mudo. O tempo de V. Exª já se esgotou há muito tempo, embora o debate esteja sendo tão interessante.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª a tolerância.

Quero dizer apenas que a Oposição que hoje se levanta contra a venda das empresas estatais é a mesma que ontem, quando elas foram constituídas, falavam mal do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Bello Parga, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Prosseguindo a lista dos oradores inscritos, tem a palavra, por vinte minutos, o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto à tribuna para recordar o pronunciamento que fiz há cerca de um mês, endereçando um apelo às lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, para que apressem, dêem celeridade à deliberação sobre a reforma tributária.

Eu disse naquela ocasião, em outras palavras, que qualquer reforma tributária só será bem-sucedida se atender a quatro requisitos básicos: simplificar a estrutura existente, reduzir a sonegação, melhorar a distribuição da carga sobre os contribuintes e aumentar, evidentemente, a capacidade competitiva dos produtos e serviços num contexto de economia globalizada – contexto do qual hoje nenhum país pode fugir.

O esboço do Ministério da Fazenda, de que temos conhecimento apenas pelos jornais, porque ainda não foi ultimado, com certeza representa um avanço em relação ao atual emaranhado tributário. Terá que deixar claro também se irá ou não aumentar a carga tributária e acabar, de vez por todas, com a guerra fiscal entre os Estados. Essa guerra fiscal, Sr. Presidente, que muito embora a ela recorram os Estados menos ricos, como é o caso do meu, situado no Nordeste, nunca poderá ser ganha por eles, porque os Estados de maior progresso, de maior riqueza naturalmente têm armas muito mais eficientes e de maior alcance numa guerra dessa natureza.

Quer se transforme em mensagem ao Congresso sob a forma de projeto de lei, quer em bases para alterar a reforma em tramitação na Câmara, sabemos, Sr. Presidente, que já está tramitando na comissão competente o projeto de autoria do meu correligionário, o Deputado Mussa Demes, do Estado do Piauí. No entanto, da comissão ainda não emergiu. Seria conveniente, portanto, que a ela fosse apensado, como forma de economia processual, o resultado da proposta. Acredito que já seja politicamente visível. Em um ano eleitoral, ela colocará, de um lado, os candidatos com caráter definido e, do outro, os que preferam desviar-se do debate para plataformas essencialmente populistas.

Segundo o que li, Sr. Presidente, a proposta do Governo introduz a discussão sobre uma alíquota única de taxação sobre a renda ou a progressividade opcional. Esse debate também existe em países adiantados, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde os campos já estão definidos. Líderes republicanos defendem, e os democratas criticam, a criação de uma **flat tax**, um tipo de imposto que transformaria a declaração anual de ingressos num exercício tão simples quanto o de preencher um cartão postal. A desvantagem desse sistema está em tirar o caráter progressivo do imposto sobre contribuintes de alto ou baixo nível de renda. Essa é uma discussão necessária. Só se pode deliberar a respeito depois de esgotados os argumentos pró e contra.

O texto governamental propõe a criação de um Imposto sobre o Valor Agregado – IVA. Trata-se de um imposto seletivo adicional, denominado em outros países de **Excise Tax**, que incidiria sobre determinados produtos e até mesmo serviços. E ainda conta com o imposto sobre movimentação financeira, o atual imposto transitório, substituindo a CPMF, com a característica, a meu ver, imprescindível para a manutenção desse tributo: ser dedutível do Imposto de Renda.

Propõe finalmente também exclusões e simplificações nos casos do PIS/Pasep, Cofins e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL. Nesse e em alguns outros pontos, a proposta poderá ou não atender aos exportadores que hoje se queixam da cobrança em cascata de impostos e pedem modificações nas margens de cobrança do IPI e dentro da mesma escala de produtos, como é o caso da indústria automobilística, para reativar as vendas.

Essas são as linhas gerais, Sr. Presidente, da reforma tributária que espero que a Câmara dos Srs. Deputados discuta, delibere e envie para o Senado.

O Sr. Edison Lobão (PFL-MA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA) – Ouço o meu nobre Companheiro de Bancada do Maranhão, o eminente Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL-MA) – Senador Bello Parga, creio que esse é de fato um tema a respeito do qual deveremos debater profunda e detidamente. Não podemos errar nessa matéria. Não há dúvida de que o sistema tributário, a essa altura, parece obsoleto, superado, vencido. Precisa ser modernizado, alterado profundamente. Mas não podemos errar. Há quatro ou cinco anos, já se tentou o sistema do imposto único. Àquela época, cheguei a fazer uma proposta no sentido de que fosse adotado, como tentativa, em pequena escala. Ou seja, que se colocasse em prática o imposto único em um pequeno Estado da Federação brasileira; Roraima, por exemplo, Amapá, Rondônia, começando por ali para se testar, examinar se o sistema é ou não eficaz. Na medida em que fosse eficaz, seria ampliado para outros Estados. Se houvesse insucesso, o Go-

verno cobriria os prejuízos daquele Estado onde o imposto tentativamente tivesse sido iniciado. Há uma necessidade imperiosa de se cuidar da reforma tributária. Parece não haver dúvida quanto a isso. Apenas as dúvidas que tenho são quanto à eficácia do sistema. Creio que o Governo, depois de longos anos de meditação, de exame profundo dessa matéria, possa até encontrar um caminho mais sólido, mais confiável para propor a reforma que agora está no Congresso Nacional. V. Exª abre o debate no Senado Federal. Entendo que ele deve ser ampliado, até para que se chegue a uma conclusão mais segura sobre esse ponto fundamental da vida político-econômica brasileira. Cumprimentos a V. Exª.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA) – Senador Edison Lobão, agradou-me sobremaneira a intervenção de V. Exª, porque o seu conhecimento sobre os problemas administrativos e financeiros da economia nacional, o tirocínio adquirido por V. Exª no exercício do jornalismo e de mandatos eletivos na Câmara dos Deputados, neste Senado Federal e no Governo de meu Estado, credenciam-no muito bem para trazer uma colaboração, um reforço e um encorajamento ao meu pronunciamento. Fico muito satisfeito com isso.

Lamento que a idéia de V. Exª, oportuna, justa, brilhante até, não tenha sido encampada pelo Governo Federal, pelas autoridades do Ministério da Fazenda, no sentido de se fazer experimentalmente a adoção do imposto transitório, chamado imposto sobre cheque. O não-aproveitamento dessa proposta resultou na utilização de mais um imposto sem nenhuma contrapartida de renúncia tributária por parte do Governo, e ele já vem eternizando-se, revigorado, por iniciativa da própria Casa do Congresso Nacional, até mesmo na sua última versão.

Lamento que a idéia de V. Exª não tenha sido aproveitada. Sou grato a V. Exª, portanto, pelo apoio a minha modesta tese.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz a esta tribuna seria a vontade de fazer justiça. Refiro-me aos pronunciamentos que têm sido feitos nas duas Casas do Congresso – até a imprensa os tem divulgado – sobre o posicionamento, na conjuntura, do Presidente do Banco Central, o Dr. Gustavo Franco – até mesmo nesta sessão já houve menção do Presidente interino a respeito. Neste momento, falo apenas como um Senador da Bancada que dá sustentação ao Governo. Não estou aqui a falar como Líder ou da maioria, ou apenas do meu Partido. Mas eu gostaria de fazer justiça à pessoa do Dr. Gustavo Franco.

Já venho me acostumando a admirá-lo pelas posições que tem tomado no desempenho dos cargos que lhe são confiados. Ele tem demonstrado forte embasamento teórico, conhecimento da realidade brasileira, da economia, de todos os processos econômicos; é um estudioso. Mas é uma pessoa que não deixa de manifestar a sua opinião, o seu pensamento, muitas vezes com firmeza, sem obstinação, sem exageros, mas procura deixar sempre bem claro a sua posição teórica e política sobre os fatos. Chegou ao Governo não por força de alianças políticas, de desempenho de cargos políticos, mas apenas pela identidade de ponto de vista com a política que foi consagrada nas urnas pelo povo brasileiro.

Não posso deixar de ressaltar aqui o brilho da sua atuação, além da dos tempos anteriores, principalmente na formulação da política administrativa da qual resultou o programa de apoio à atividade bancária, o Proer, que permitiu ao País resistir bravamente e com firmeza às investidas especulativas do movimento financeiro internacional contra a nossa moeda. Foi o responsável, sob a liderança do então Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, pela implantação desse programa, que, ao contrário do que foi dito, não beneficiou banqueiros, mas sim o sistema bancário nacional e defendeu a economia popular, principalmente a das pequenas empresas e de todos aqueles que eram depositantes e mantinham negócios com bancos que se viram obrigados a mudar de donos. Banqueiros não lucraram com o Proer. Quem lucrou com o Proer foram os depositantes e as empresas que iriam à falência se o banco quebrasse, numa reação em cadeia altamente danosa para a economia nacional.

Sua Excelência foi, agora, acusado pela Oposição de ter feito manobras terroristas em pronunciamento que proferiu no exterior. Não ouvi nesta Casa, como já disse, pronunciamento algum em reforço às palavras do Presidente do Banco Central, Gustavo Franco. No entanto, a propósito do que foi publicado na imprensa, S. Sª dirigiu uma carta ao jornal **O Estado de S. Paulo**, publicada na sua edição de ontem, 11 de junho, na seção Painel do Leitor, a qual passo a ler para que fique registrada nos Anais desta Casa do Congresso Nacional e para que tenha maior repercussão, através da cobertura de televisão dos trabalhos do Senado, a posição do Dr. Gustavo Franco:

> A respeito do artigo "A leveza de Gustavo Franco", de Fernando Rodrigues, publicado na edição de ontem (página 1-2, **Opinião**), gostaria de fazer alguns comentários.
>
> Algumas pessoas não se deram conta ainda de que as eleições trazem turbulên-

cias nos mercados financeiros em toda a parte do mundo, e aqui não seria diferente. Trata-se de uma expectativa de (possíveis) mudanças na política econômica com data marcada. Toda democracia do mundo enfrenta esse problema, ou seja, tem uma Oposição que tem por ofício propor mudanças no rumo das políticas públicas.

Creio que precisamos encarar essa realidade com naturalidade e serenidade. Ninguém, em sã consciência, deve duvidar que a vitória da Oposição representará mudanças importantes na política econômica. Faz tempo que a Oposição cotidianamente desanca a política econômica, propaga aos quatro ventos a vulnerabilidade do País e profetiza catástrofes. Não fosse assim, não seria Oposição.

É natural, até, que a Oposição se deixe levar pelo "quanto pior, melhor", ou que faça uma discreta torcida para as coisas darem errado durante os episódios de turbulência, como as crises do México e da Ásia. São coisas da democracia.

Pois bem, depois disso tudo (é do eleitor, e de mais ninguém, o veredicto se as análises econômicas da Oposição durante todo o tempo foram isentas ou estiveram embebidas em certo terrorismo), como é que se esperaria que os tais investidores, nacionais e estrangeiros, se comportassem diante da possibilidade de a Oposição ganhar as eleições?

Acho apenas que está faltando serenidade nesse assunto. É natural que a Oposição proponha mudanças, e também que os mercados financeiros fiquem nervosos com tal perspectiva. Irrealista seria se as autoridades econômicas não reconhecessem este fato.

É isso que penso e o que disse a respeito das eleições e da expectativa natural dos investidores diante de possíveis mudanças na política econômica.

Esta foi a resposta do Sr. Gustavo Franco, Presidente do Banco Central, a qual fiz questão de transcrever pela maneira firme, sóbria e desapaixonada com que defende a posição do Governo, que também é a sua posição pessoal.

Assim, Sr. Presidente, espero que o Dr. Gustavo Franco continue merecendo a confiança do Governo Federal e exercendo o seu múnus administrativo com o apoio político do Congresso Nacional e da opinião pública nacional, que já o vê como um administrador correto, probo, inteligente e homem de larga visão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Bello Parga?

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Eu gostaria de ponderar que, como Presidente do Banco Central – posição de maior responsabilidade do que a que tinha em 1994 -, o Dr. Gustavo Franco deveria ser mais prudente. Já naquele ano, quando era Diretor de Assuntos Internacionais, no Banco Central, expressou a opinião de que, caso Lula fosse eleito, poderia haver confisco de poupança ou coisa semelhante. Aquilo causou muita estranheza, pois, em 1989, o candidato Fernando Collor de Mello emitiu a mesma idéia, durante um debate, numa provocação que poderia ser qualificada de terrorismo eleitoral – e o pior de tudo é que foi ele quem o fez, logo que assumiu a Presidência, com o Plano Collor I. Agora, usando da autoridade de Presidente do Banco Central, Gustavo Franco vai a foros internacionais declarar que apenas haverá estabilidade se Fernando Henrique Cardoso continuar na Presidência. Ora, no meu entender, isso constitui um desrespeito à democracia que o País quer viver, e está vivendo, a qual, inclusive, por vezes tem sido ressaltada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas quando o Presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, e o Presidente do Banco Central começam a fazer declarações desse tipo – e o Presidente do Congresso o fez ao dizer que fora de Fernando Henrique seria o caos -, essas pessoas estão usando de sua autoridade inadequadamente. Quero registrar isso com respeito às observações do Presidente Gustavo Franco, como já o fiz sobre as declarações do Presidente Antonio Carlos Magalhães, inclusive diante de S. Exª, quando presidia sessão na semana passada, tendo sido V. Exª testemunha.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA) – O seu aparte, na realidade, é uma reiteração do pensamento expresso não só por V. Exª, mas também por outros representantes oposicionistas, no Senado e na Câmara. Não obstante ser respeitável, não poderia ser outra a opinião dos que fazem oposição ao Governo.

Aqui já foi dito que o atual Governo está quebrando o País; que o País está falindo por causa da administração desastrosa do atual Presidente da República.

Então, fazendo a ressalva que não tenho conhecimento de o Dr. Gustavo Franco, como Diretor do Banco Central, dizer que Lula iria, em 1994, con-

fiscar a poupança – sei que essa declaração foi feita anteriormente pelo candidato Fernando Collor -, mas fazendo essa ressalva, não é de se esperar que, num foro internacional, o Presidente do Banco Central, uma autoridade do Brasil, não emita sua opinião, ou seja, de que teme que possa ocorrer reversões de expectativas – para utilizar uma definição que já adquiriu foro até de clichê – que não haja. Seria de admirar, seria de estarrecer que o Sr. Gustavo Franco fosse lá fora dizer que o País estava quebrado, e que se a Oposição ganhasse aí, sim, que as coisas iriam melhorar no Brasil. Então, nobre Senador Eduardo Suplicy, embora reconheça isso, quero dizer que essa declaração do Sr. Gustavo Franco – S. Sª colocou muito bem os termos em que foi dito na carta que li – não se pode esperar que ela seja diferente do que S. Sª disse na carta à **Folha de S.Paulo**.

Finalmente, ao rebater o aparte, quero apenas dizer que essa declaração é muito menos grave do que a acusação feita, com uma ligeira ressalva, pelo ilustre Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, de que a privatização das teles está sendo feita de uma maneira para dar dinheiro para a campanha do Presidente da República. Sua Excelência, se efetivamente entrar na Justiça para pedir contas desse ato, desse exagero verbal do candidato oposicionista, não está fazendo mais do que qualquer cidadão que se vê atingido na sua dignidade e no seu conceito. Assim, não seria uma comissão arbitral que iria fazer justiça nos termos precisos em que ela está sendo disposta no Código Penal Brasileiro.

Sr. Presidente, dou por encerrada a minha intervenção, endereçando a V. Exª as minhas desculpas pelo tempo excedido.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Prosseguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quando perguntado na última segunda-feira, dia 8 de junho de 1998, em Nova Iorque, a respeito do documento que foi assinado por 386 representantes de diversas entidades, afirmando que o foco da criminalização e punição restringe à banalidade das Nações de criarem soluções efetivas para os problemas locais de drogas – documento que foi assinado por extraordinárias personalidades que vão desde Morton Abramovisk ao economista Thomas More; de Milton Friedman a Dom Pedro Casaldáliga; de Marie Claire Acoster, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do México até o Presidente de Honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva...

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Permite-me V Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Ouço V. Exª, nobre Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) – Peço-lhe desculpas por interrompê-lo, mas quero fazê-lo antes de V. Exª iniciar propriamente o seu discurso. Gostaria de ouvi-lo e, se possível, aparteá-lo, mas tenho um compromisso premente, por isso peço licença e desculpas por ter de me ausentar, privando-me do prazer de participar de um debate com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Agradeço o empenho de V. Exª de estar aqui nesta sexta-feira e a oportunidade de já ter debatido com V. Exª nesta manhã.

Sr. Presidente Lauro Campos, refiro-me ao extraordinário teor deste documento que, sinto muito, não tenham os assessores do Presidente Fernando Henrique feito chegar às suas mãos logo na manhã de segunda-feira. Fico pensando: será que Sua Excelência realmente não viu o que estava nas páginas do **New York Times**, o principal jornal dos Estados Unidos, estando Sua Excelência em Nova Iorque para tratar do assunto das drogas? Sua Excelência, quando perguntado pela imprensa, ao longo do dia, o que achava da carta que havia sido assinada inclusive por Lula e por todas essas personalidades acima citadas, veja, Sr. Presidente, o que Sua Excelência respondeu: "Não vi a carta, portanto, não posso comentar. A posição do Brasil eu expressei na ONU. Agora, não sabia que o Lula tinha interesse por esse assunto."

Sr. Presidente, é tão relevante o teor desta carta que, certamente, os visitantes que aqui se encontram terão interesse de ouvi-la. Ela é datada de 06 de junho de 1998 e dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan:

Prezado Secretário-Geral

Por ocasião da Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas sobre Drogas, em Nova Iorque, de 08 a 10 de junho de 1998, nós conclamamos por sua liderança em estimular uma avaliação franca e honesta dos esforços do controle global sobre as drogas.

Nós todos estamos profundamente preocupados com respeito à ameaça que as drogas representam para nossas crianças, nossos companheiros cidadãos e nossas sociedades. Não há escolha senão a de trabalharmos juntos, tanto dentro de nossos

países e através das fronteiras, para reduzir os males associados com as drogas.

As Nações Unidas têm um papel legítimo e importante a desempenhar a respeito disso, mas somente se estiver querendo perguntar e se dirigir às difíceis questões sobre os sucessos e fracassos de seus esforços. Nós acreditamos que a guerra global contra as drogas está causando mais males do que o abuso em si das drogas.

Toda década, as Nações Unidas adotam convenções internacionais, focalizadas, sobretudo, na criminalização e na punição que restringe a habilidade das nações individuais de desenvolver soluções efetivas para resolver os problemas locais com as drogas. Todo ano, governos editam mais medidas de controle de drogas, mais punitivas e custosas. Todo dia, políticos endossam estratégias mais duras na guerra contra as drogas.

Qual é o resultado? As agências da ONU estimam que a receita anual gerada pela indústria ilegal das drogas atinge US$400 bilhões, ou equivalente a 8% do comércio internacional total. Essa indústria trouxe poder a criminosos organizados, corrompeu governos em todos os níveis, erodiu a segurança interna, estimulou a violência e distorceu os valores morais e dos mercados econômicos. Essas são as conseqüências não do uso da droga em si, mas de décadas de políticas fúteis e falhas da guerra contra as drogas.

Em muitas partes do mundo, a política da guerra contra as drogas impede os esforços de saúde pública para estancar a expansão do HIV, da hepatite e de outras doenças infecciosas. Os direitos humanos são violados, assaltos ao meio ambiente são perpetrados e as prisões inundadas de centenas de milhares de violadores da lei.

Recursos escassos, melhor gastos em saúde, educação e desenvolvimento econômico, são espremidos e enxugados em esforços de interdição cada vez mais caros. Propostas realistas para diminuir o crime relacionado à droga, à doença e à morte são abandonadas em favor de propostas retóricas para criar sociedades livres de drogas.

Persistir nas políticas vigentes somente resultará em mais abuso das drogas, maior fortalecimento dos criminosos e dos mercados das drogas e mais sofrimento e doenças. Muito freqüentemente, aqueles que conclamam o debate aberto, a análise rigorosa de políticas atuais e considerações sérias de alternativas são acusados de estarem se rendendo. Mas a verdadeira rendição acontece quando o medo e a inércia se combinam para calar o debate, suprimir a análise crítica e dispensar todas as alternativas às políticas atuais.

Sr. Secretário-Geral, apelamos a V. Exª para iniciar um diálogo verdadeiramente aberto e honesto a respeito do futuro das políticas globais e o controle de drogas, aquele em que o medo, o preconceito e as proibições punitivas levem ao senso comum, à ciência, à saúde pública e aos direitos humanos.

Respeitosamente,

(Assinam 386 personalidades.)

Peço que a lista contendo os nomes dessas personalidades conste dos Anais da Casa, Sr. Presidente.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de dizer que também me junto aos signatários deste manifesto em favor do bom senso, do senso comum, da saúde pública e em defesa dos direitos humanos.

E ressalto que sinto que o Presidente, na sua oração à Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre drogas, colocou alguns pontos de contato e de harmonia com este documento. Vou ressaltar alguns:

> Ficou claro que as ações adotadas de prevenção e recuperação dos dependentes e a luta contra os delitos conexos eram também fundamentais. A droga afeta e destrói o que o ser humano tem de mais precioso, a liberdade e a dignidade. Se precisamos redobrar os nossos esforços de prevenção e se precisamos ser duros com o crime, com o tráfico, devemos ter igual empenho no tratamento e na recuperação de dependentes de drogas, vítimas do que é provavelmente a maior doença social do tempo. Quanto à prevenção, ela não deve ser apenas a atemorização, mas antes a revelação de caminhos que facilitem ao jovem aceitar o desafio de ser senhor de si mesmo diante de uma realidade muitas vezes difícil. A guerra contra as drogas só será vencida se for conduzida em várias frentes simultaneamente. Nela o êxito será medido acima de tudo pela capacidade de assegurar, num futuro sem drogas, a juventude de nossos países.

Sr. Presidente, quero ressaltar que o importante – e a ênfase do documento – é que se reveja essa

política de repressão que vê simplesmente as drogas como um crime em que é preciso investir bilhões e bilhões. Recordarmo-nos que uma das votações efetuadas aqui que representarão maior gasto para o Poder Público nos próximos anos teve como pressuposto também a guerra contra as drogas. Refiro-me ao Projeto Sivam. Houve enorme pressão do governo norte-americano para que, aqui, autorizássemos um empréstimo, salvo engano meu, de mais de US$2,5 bilhões, recursos a serem aplicados num sistema de controle de toda a Amazônia e de todos os movimentos que, porventura, ocorram ali, sob a alegação de que era necessária a realização desses gastos.

Sr. Presidente, ontem resolvi telefonar para o Dr. Elisaldo Araújo Carline, que foi um dos principais assessores do Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, e depois do Dr. Carlos Albuquerque, mas que deixou o cargo há alguns meses. S. Sª tinha sob sua responsabilidade, no Ministério da Saúde, a questão da prevenção às drogas – ele é um dos maiores especialistas nessa área. Ontem à noite, li para ele o documento e S. Sª me disse que é exatamente o que pensa. É um documento que encoraja aqueles que têm proposta e que, inclusive, estão participando do Conselho Federal de Entorpecentes. O Dr. Carline recomendou-me que conversasse com o Dr. Luiz Matias Flach, que é o atual Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes – Confen -, no Ministério da Justiça. E há pouco comentei com S. Sª – e disse-me também o Dr. Luiz Matias Flach – que o teor dos documentos constitui exatamente aquilo que a maior parte das vozes no Confen estão expressando: que as políticas até agora desenvolvidas não são adequadas; que o modelo repressor se exauriu e exatamente a defesa da saúde e dos direitos humanos, do uso da ciência, do esclarecimento à população e, sobretudo, aos jovens é a posição recomendada pelo Confen. É claro que há vozes, aqui e acolá – numa questão como esta nem sempre há homogeneidade -, que são discordantes.

Mas o que quero ressaltar, Sr. Presidente, é que o Presidente da República precisa rever a sua posição de ignorar esse documento. No meu entender, Sua Excelência precisa lê-lo com atenção e exaltá-lo, e, inclusive, fazer uma avaliação crítica da sua postura, se não estiver inteiramente de acordo com o que aqui está exposto por pessoas de extraordinária experiência e conhecimento científico.

O Presidente, que na sua memorável aula, em função de contradições, no Hospital Sarah Kubitschek, disse que na Academia se procura saber e dizer a verdade, mas que nem sempre é esta a atitude de um Chefe de Estado, neste caso, pelo menos, precisa estar atento ao que diz a Academia, o que dizem alguns dos maiores economistas, sociólogos, inclusive, laureados com o Prêmio Nobel, como Pérez Esquivel e tantas personalidades, e embaixadores, como o ex-Embaixador do México. O Presidente do México ficou bastante preocupado com o que está ocorrendo com os Estados Unidos, que estão ultrapassando as suas fronteiras para prender pessoas no México, nem sempre respeitando o que seria a política de uma nação.

Mas é bom que, no Conselho Federal de Entorpecentes, haja pessoas com essa mentalidade. Inclusive, gostaria de ressaltar que a Drª Ester Kosovski, ex-Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes – Confen, acabou sendo perseguida, exatamente porque tinha uma postura tal como a exposta e defendida por esse documento. Ela acabou sendo afastada do seu cargo e ameaçada torpemente.

Cumprimento o atual Presidente do Confen, o Sr. Luiz Matias Flach, por sua postura. Ele me disse que está de pleno acordo com o que é dito nesse documento, que tem como título: "Acreditamos que a guerra global contra as drogas está agora causando mais malefícios do que as próprias drogas em si mesmas".

Presidente Lauro Campos, este é o tamanho do anúncio publicado às pág. 12 e 13 do **The New York Times**, no dia em que o Senhor Presidente Fernando Henrique fez um pronunciamento sobre as drogas. Sua Excelência estava em Nova Iorque e, na ONU, discorreu sobre esse tema, mas nenhum de seus assessores teve o cuidado de lhe mostrar este documento. Sua Excelência, sinceramente, precisa modificar os seus assessores. Não é possível que isso ocorra.

Será que o Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, que acompanhava Sua Excelência, não lhe mostrou esse documento? O Senador Romeu Tuma, que, na terça-feira, disse que não chegou a ver o documento, poderia tê-lo ajudado também, porque perguntei a S. Exª se dele havia tomado conhecimento.

Quando se está num país a trabalho, é importante que se abra o principal jornal do país pela manhã. É claro que o Senhor Presidente estava muito atarefado, mas seria próprio que seus assessores o tivessem advertido a esse respeito. Mas, se Sua Excelência não deu entrevista naquele dia, seria importante que ainda tivesse corrigido e avaliado a sua posição. Inclusive, farei isso agora, pois visitarei o Dr. Luiz Matias Flach no Ministério da Justiça, exatamente para lhe mostrar um documento dessa importância.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

International

Mariclare Acosta
President, Mexican Commission for the Defense and Promotion of Human Rights (CMDPDH), Mexico
Vittorio Agnoletto
President, Italian League Against AIDS, Italy
Andreas van Agt
Former Prime Minister, The Netherlands; Former Ambassador of the European Union to the United States; Former Minister of Justice, The Netherlands
Arturo Alape
Writer, Colombia
Gustavo Alvarez Gardeazabal
Governor, Department of Valle de Cauca, Colombia
Austin N.E. Amissah
Judge, London, United Kingdom
Johannes Andenaes
Professor of Penal Law; Former Rector, University of Oslo; Former Chairman, Permanent Penal Committee of Norway, Norway
Inkeri Anttila
Professor of Penal Law, University of Helsinki; Former Minister of Justice, Finland
Oscar Arias
Nobel Laureate (Peace); Former President of Costa Rica
Homero Aridjis
President, International Organization of Literary Writers & Editors, Mexico
Kauko Aromaa
Research Director, National Research Institute of Legal Policy, Finland
Diego Arria
Ambassador; Former Representative of Venezuela to the United Nations and Security Council
Lorenz Böllinger
Professor of Law, University of Bremen, Germany
Ivana Bacik
Reid Professor of Criminal Law, Trinity College, Dublin, Ireland
Marek Balicki
Psychiatrist, Former Deputy, Ministry of Health, Poland
Tim Barnett
Member of Parliament, New Zealand
Violeta Barrios de Chamorro
Former President of Nicaragua
Michèle Barzach
Former Minister of Health, France
Peter Baume
Former Cabinet Minister; Chancellor, Australian National University
Rabbi Tony Bayfield
Director, Sternberg Centre for Judaism, United Kingdom
Yossi Beilin
Former Minister, Member of Knesset, Tel Aviv, Israel
Mario Benedetti
Writer, Uruguay
Anders Bergmark
Professor of Social Work, Stockholm University, Sweden
Kevin Berry
Olympic Gold Medalist, Australia
Georges Berthoin
International Honorary Chairman of the European Movement, Paris, France
Belisario Betancur
Former President of Colombia
Mario Bettati
Professor of International Law, Paris University, France
Monica Bettoni-Brandani
Undersecretary of State for Health, Italy
Colin Blakemore
Professor; Fellow of the Royal Society; President, British Association for the Advancement of Science, United Kingdom
Tim Boekhout van Solinge
Centre for Drug Research, University of Amsterdam, The Netherlands
Giovanni Bollea
Professor of Neuropsychiatry, University of Rome, Italy
Emma Bonino
European Commissioner for Humanitarian Affairs, Italy
Frank Bovenkerk
Professor of Criminology, University of Utrecht, Netherlands
Nicoletta Braschi
Actress, Italy
Anders Bratholm
Professor of Penal Law, University of Oslo, Norway

Colin Brewer
Medical Director, Stapleford Centre, United Kingdom
Rabbi Sidney Brichto
Senior Vice President, Union of Liberal and Progressive Synagogues, United Kingdom
Peter Brooks
Dean, Health Sciences, University of Queensland, Australia
John Brumby
Leader of the Opposition, Victoria, Australia
Hans Henrik Brydensholt
High Court Judge; Former Director of the Danish Prison and Probation Service; Former Head of Section in the Danish Ministry of Justice, Denmark
Cassia Maria Buchalla
Professor of Epidemiology, University of São Paulo, Brazil
Peter P. Burnett
Bodleian Library, United Kingdom
Ita Buttrose
Journalist, Author, Australia
Francis Caballero
Professor of Law, Paris University, France
John Cain
Former Premier, Victoria, Australia
Edgar Camacho Omiste
Former Ambassador to the OAS, Bolivia
Francesco Carella
President, Health Commission of the Senate, Italy
Manuela Carmena Castrillo
Judge, Vocal del Consejo General del Poder Judicial, Spain
Sharon Carstairs
Senator, former Chair, Standing Senate Committee on Legal and Constitutional Affairs, Senate, Canada
Pedro Casaldáliga
Catholic Bishop of São Felix do Araguaia, Brazil
Jean-Pierre Changeux
Professor of Molecular Neurobiology, Pasteur Institute and College de France, France
Susan Chong
AIDS Council, Malaysia
Nils Christie
Professor of Criminology, University of Oslo; former Director, Scandinavian Board of Criminology, Norway
Don Luigi Ciotti
President, Gruppo Abele, Torino, Italy
Haim Cohn
Former Deputy President of the Israel Supreme Court; Professor of Penal Philosophy, Israel
Daniel Cohn-Bendit
Member, European Parliament, Commission for Civil Rights and Internal Affairs, Germany
Cándido Conde Pumpidó
Judge, Sala 2ª del Tribunal Supremo, Spain
Simon Alberto Consalvi
Former Minister of Foreign Affairs, Venezuela
Stanley Crossick
Chairman, European Policy Centre, Belgium
Peter Curman
Former Chairman, Swedish Writer's Union, Sweden
Hedy d'Ancona
Former Dutch Minister of Welfare, Health, and Culture; Member of the European Parliament, The Netherlands
Ignacio Berdugo Goméz De La Torre
Dean and Law Professor, Universidad de Salamanca, Spain
Miguel d'Escoto Brockman
Former Foreign Minister; Funded Nicaraguan Foundation for Comprehensive Community Development, Nicaragua
Jose Luis Díez Ripollés
Law Professor, Universidad de Málaga Coordinador del Grupo de Estudios de Política Criminal, Spain
Marcel van Dam
Publicist, Former Minister of Housing and Physical Planning; Public [illegible], The Netherlands
Malcolm Damon
Public Policy Liason Officer, South African Council of Churches, South Africa
Dr. Peter A. de Groot
Psychiatrist, Harderwijk, Netherlands

Vincent Decroly
Member of Parliament, Brussels, Belgium
Juan del Granado
Member of Congress, Bolivia
Ivor Deverson
Lord Mayor, Melbourne, Australia
Marion Dewar
HAIA Ontario Canada, Ottawa, Canada
Javier Diez Canseco
Member of Congress, Peru
Jimmy Dorabjee
Program Manager, Society for Serving the Urban Poor, New Delhi, India
Ariel Dorfman
Writer, Chile
Bob Douglas
Professor of Epidemiology, Australian National University
Barbara Duden
Professor of Historical Sociology, Hannover, Germany
Edward Ellison
Retired Detective Chief Superintendent, Metropolitan Police, Operational Head of Scotland Yard Drug Squad, United Kingdom
Bjørn Elmquist
Former Member of Parliament and Chairman of Parliamentary Permanent Committee on Justice, Denmark
Antonio Escohotado
Professor, Universidad a Distancia, Spain
Claude Faugeron
Research Director, Co-Director, CNRS Drug Research Group, Paris, France
Alfonso Ferrufino Valderrama
Former Vice-President, House of Representatives, Bolivia
Paul Flynn
Member of Parliament, House of Commons, United Kingdom
Dario Fo
Nobel Laureate (Literature), Italy
Peter Frenzel
Vice President, Frankfurt Police, Germany
Monika Frommel
Professor of Law, School of Criminology, University of Kiel, Germany
Neville Gabriel, C.S.S.R.
SACBC Parliamentary Office, South Africa
Gunnar Garbo
Ambassador; Former Member of Parliament, Norway
Mercedes García Arán
Law Professor, Universidad Autónoma de Barcelona, Coordinadora del Grupo de Estudios de Política Criminal, Spain
Diego García-Sayán
Executive Director, Andean Commission of Jurists, Peru
Ruth Gavison
Haim Cohn Professor of Human Rights, Hebrew University; President, Israel Civil Rights Association; Member, International Commission of Jurists, Israel
Jan R. Glastra van Loon
Professor, Senator, Former State Secretary of Justice, Netherlands
André Glucksmann
Philosopher, France
Ted Goldberg
Associate Professor of Social Work, Stockholm University, Sweden
Xabier Gorostiaga
Former Rector, University of Central America, Nicaragua
Axel Groenemeyer
Center for Social Problems, Public Health and Social Policy, University of Bielefeld, Germany
Günter Grass
Writer, Germany
Edward L. Greenspan, QC
Senior Partner, Greenspan, Henein & White, Toronto, Canada
Johannes Gross
Journalist, Author, Former Editor "Capital," Germany
Gustavo Gutiérrez
Theologian, Peru
Prof. Dr. Bernhard Haffke
Criminal Law, University of Passau, Germany
Marek Halter
Writer, France
Sir Rupert Hamer
Former Premier, Victoria, Australia
Ragnar Hauge
Professor, Former Director, State Institute of Alcohol and Drug Research, Norway

Bohdan D. Hawrylyshyn
Chairman, International Renaissance Foundation; Switzerland
Washington Herrera
Former Presidential Minister, Ecuador
Cecilie Høigård
Professor of Criminology, University of Oslo; Former Director, Scandinavian Board of Criminology, Norway
Menachem Horovitz
Former Director of Correctional Services, Department of Welfare and Labour; Research and Teaching Associate, Institute of Criminology, Hebrew University, Israel
Louk Hulsman
Emeritus Professor of Penal Law and Criminology, Erasmus University, Rotterdam; Former President, European Commission for Criminal Problems, Council of Europe, Netherlands
Hisham Hussein
AIDS Council, Malaysia
Ivan Illich
Philosopher, Germany
Jane Jacobs
Author, Canada
Jørgen Jepsen
Centre of Alcohol & Drug Research, University of Aarhus, Denmark
Michel Kazatchkine
Professor of Immunology, Paris University, France
Constantijn Kelk
Professor, Director, Willem Pompe Institute for Criminal Sciences, Utrecht University, Netherlands
Perry Kendall
Former President, Addiction Research Foundation, Canada
Michael Kirby, AC CMG
President, International Commission of Jurists, Australia
Joan Kirner
Former Premier, Victoria, Australia
János Kis
Philosopher, Hungary
Dr. Hans Harald Körner
Public Prosecutor, Frankfurt, Germany
John Konrads
Olympic Gold Medalist, Australia
Pekka Koskinen
Professor of Penal Law, University of Helsinki, Finland
Mikolaj Kozakiewicz
Former Speaker of Parliament (1989-1991); Vice-President of IPPF, Poland
Krzysztof Krajewski
Professor, School of Criminology, University of Jagiellonski, Poland
Nicholas Kurti
Fellow of the Royal Society, United Kingdom
Olof Lagercrantz
Former Editor-in-Chief, Dagens Nyheter, Sweden
Catherine Lalumière
Member, European Parliament, France
Richard Larkins
Chairman, National Health and Medical Research Council, Australia
Reverend Dr. Kenneth Leech
Founder of Soho Drugs Group, Founder of Centrepoint, United Kingdom
Steve Leeder
Dean, Medical Faculty, Sydney University, Australia
Leif Lenke
Associate Professor of Criminology, Stockholm University, Sweden
Sabine Leutheusser-Schnarrenberger
Former Federal Minister of Justice; drug policy spokesperson, FDP Party, Germany
Thierry Lévy
Attorney, France
Guido Lombardi
Anchor, Red Global TV, Peru
Hugo Carlos Lopez
Former Cabinet Minister, Bolivia
Gilberto López y Rivas
Member of Congress, Mexico
Luiz Inácio Lula Da Silva
Presidential Candidate; Honorary President of the Workers Party, Brazil

...ilyshyn
...ational
...ndation,

...rera
...al Minister,

...nology, University
...irector,
...d of Criminology,

...tz
...Correctional
...ent of Welfare and
...and Teaching
...of Criminology,
...Israel

...of Penal Law
...rasmus
...m; Former
...n Commission for
...Council of

...sia

...ry

...Drug Research,
...Denmark

...logy, Paris

...Willem Pompe
...Sciences,
...Netherlands

...Canada
...ng
...d Commission

...a, Australia

...ner
...kfurt,

...Australia

...University of

...ament
...dent of IPPF

...minology,
...d, Poland
...iety,

...Eugene

...ament,

...ti and
...a, Australia
...esch
...Group,
...United

...ydney

...minology,
...eden

...Justice;
...FDP

...ovia

...co

...brary
...ty, Brazil

Colonel (R) Trevor N.N. MacMillan, C.D.J.P.
Former Commissioner of Police, Jamaica Constabulary Force; Former Director, Revenue Protection Division, Ministry of Finance, Jamaica

Klaus Mäkelä
Research Director, Finnish Foundation for Alcohol Studies, Finland

Jacky Mamou
President, Médecins de Monde, France

Luigi Manconi
Senator, President of the Green Party, Rome, Italy

Juan Manuel Santos
President, Fundacion Buen Gobierno, Colombia

Robin Marris
Professor Emeritus, London University, United Kingdom

Juan Carlos Carbonell Mateu
Dean and Law Professor, Universidad de Valencia, Spain

Thomas Mathiesen
Professor of Sociology of Law, University of Oslo, Norway

Alexa McDonough
Member of Parliament; Federal Leader of New Democratic Party, Ottawa, Canada

Graciela Fernandez Meijide
Member of Congress, Argentina

Erik Meiung
District Attorney, Copenhagen, Denmark

Fabio Mesquita
Researcher, University of São Paulo; Director, Latin American Harm Reduction Network, Brazil

Annie Mino
Head, Division of Substance Abuse, Department of Psychiatry, University Hospital, Geneva, Switzerland

Carlos Juan Moneta
Permanent Secretary, Latin American Economic System (SELA), Argentina

Patrick Moriau
Member of Parliament; Mayor of Chapelle-lez-Herlaimont, Belgium

Heide Moser
Minister of Employment and Social Affairs, State of Schleswig-Holstein Germany

Nicos Mouzelis
Professor of Sociology, London School of Economics, Athens, Greece

Francisco Muñoz Conde
Professor of Law, Universidad de Sevilla, Spain

Tim Murphy
Lecturer in Law, University College, Cork, Ireland

Alvaro Mutis
Writer, Colombia

Monique Nahas
Professor, University of Paris VIII, France

Lourdes Flores Nano
Member of Congress, Peru

Cornelius Nestler
University of Köln, Germany

Margarethe Nimsch
Former Minister for Health, State of Hessen, Germany

Sturla Nordlund
Director, Norwegian State Institute of Alcohol and Drug Research, Norway

Marek Nowicki
President, Helsinki Foundation for Human Rights; Member, Helsinki Commitee for Human Rights, Poland

Daire O'Brien
Editor, Himself Magazine, Ireland

Erling Olsen
Former Minister of Justice; Former Chairman of the Danish Parliament; Former Professor of Economics, University of Copenhagen, Denmark

Claes Ortendahl
Former Director General, Board of Health and Welfare, Sweden

Arnaldo Ortiz Moscoso
Former President of the Bar Association, Guatemala

Eugene Oscapella
Lawyer; former Chair, Law Reform Commission of Canada Drug Policy Group, Ottawa, Canada

George Papandreou
Alternate Foreign Minister, Greece

Irma Fidela Parentella
Member of Congress, Argentina

David Penington
Former Vice Chancellor, Melbourne University, Australia

Ron Penny
Professor of Immunology, University of New South Wales, Australia

Livio Pepino
President, Magistratura Democratica, Italy

Javier Perez de Cuellar
Former Secretary General of the United Nations, Peru

Adolfo Perez Esquivel
Nobel Laureate (Peace), Argentina

Giuliano Pisapia
President, Justice Commission, Italian Parliament, Rome, Italy

John C. Polanyi
Nobel Laureate (Chemistry), Toronto, Canada

Ilya Prigogyne
Emeritus Professor of Physical Chemistry, Free University of Brussels; Nobel Laureate (Chemistry), Belgium

Cornelius Prittwitz
Professor of Criminal Law, University of Rostock, Germany

Danuta Przywara
Secretary to the Board, Helsinki Foundation for Human Rights, Poland

Stephan Quensel
Professor of Sociology, University of Bremen, Germany

Antonio Arenibar Quiroga
Former Foreign Minister, Bolivia

Lord Rea
House of Lords, United Kingdom

Franca Rame
Actress, Italy

Augusto Ramirez Ocampo
Former Foreign Minister; National Reconciliation Commission, Colombia

Ingegerd Rebod
Judge, Svea Court of Appeal, Stockholm, Sweden

Guillermo Richter A.
Former Senator, Bolivia

Robert Richter, QC
Barrister, Australia

Diane Riley
International Harm Reduction Association, Toronto, Canada

Anita Roddick, OBE
Founder, The Body Shop, United Kingdom

Stefano M. Rodota
President, Authority for Privacy, Italy

Micheline Rosiandt
Psychiatrist, Belgium

Felix Rottenberg
Amsterdam, Netherlands

Clayton Ruby
Lawyer, Toronto, Canada

Andrzej Rzeplinski
Professor of Criminology, University of Warsaw; Deputy President, Helsinki Foundation for Human Rights, Poland

Villy Sævindal
Member of Parliament, Chairman of the Permanent Parliamentary Committee on Social Affairs, Denmark

Ersilia Salvato
Vice-President, Senate, Rome, Italy

Daniel Sampaio
Professor of Psychiatry, University of Lisbon, Portugal

Jerzy Sarnecki
Professor of Criminology, Stockholm University, Sweden

Fernando Savater
Writer and Philosopher, Spain

Sebastian Scheerer
Professor, Aufbau- und Kontaktstudium Kriminologie, University of Hamburg, Germany

Konrad Schily
President, University of Witten-Herdecke, Germany

Hartmut Schneider
District Court Judge, Lübeck, Germany

Black-Henning Schnitzler
Police President, City of Bonn, Germany

Leo Schofield
Director, Sydney Festival, Australia

E.H. Schuyer
Senator; Chairman of Démocrats (D66), Senate, Netherlands

Leslie Sebba
Associate Professor, Law Faculty, Hebrew University; former Chairperson of the Criminology Council, Israel

Janusz Sieroslawski
Sociologist, Pompidou Group, Poland

Jesus Silva Herzog
Former Mexican Ambassador to the United States, Mexico

Richard Smallwood
Former President, Royal Australasian College of Physicians, Australia

Spencer So
Community Drug Advisory Council, Hong Kong, China

Ian Sparks
Chief Executive, The Children's Society, United Kingdom

Isabelle Stengers
Philosopher, Free University of Brussels; Winner "Grand Prix de Philosophie de L'Académie Française," Belgium

Niall Stokes
Editor, Hot Press; Chairman, Independent Radio and Television Commission, Dublin, Ireland

Suna Suneason
Professor of Social Work, Lund University, Sweden

Helen Suzman
Former Opposition Member of Parliament, Johannesburg, South Africa

Hannu Takala
Executive Secretary, National Council for Crime Prevention, Finland

Jan G. van der Tas
Former Ambassador to Germany, The Netherlands

Lidya Gueiler Tejada
Former President of Bolivia, Bolivia

Henrik Tham
Professor of Criminology, Stockholm University, Sweden

Ed. van Thijn
Former Mayor of Amsterdam; Professor, University of Amsterdam, Netherlands

Anthony Tibbar
Judge, London, United Kingdom

Carole Tongue
Member, European Parliament, United Kingdom

Patrik Tornudd
Former Director of National Research Institute of Legal Policy, Finland

Annel Townsend Diez Canseco
Member of Congress, Peru

Per Ole Tråskman
Professor of Penal Law, Lund University, Sweden

G. Chacko Vadakath
Chair, Law and Ethics Committee, Malaysian AIDS Council; Advocate and Solicitor, Kuala Lumpur, Malaysia

Lode Van Outrive
Emeritus Professor of Criminology, Leuven University; Former Member of the European Parliament, Belgium

Hanna von Hofer
Professor of Criminology, Stockholm University, Sweden

Renée Wagner
Member of Parliament, Luxemburg; President of the Green Party; Member, Special Parliamentary Commission on Drugs, Luxemburg

Charles Watson
Dean, Health Sciences, Curtin University, Australia

Michael Willesee
TV Broadcaster, Australia

Right Reverend Rowan Williams
Bishop of Monmouth, United Kingdom

Dr. Pieter Winsemius
Former Netherlands Minister of Housing, Physical Planning and Environment Policy, The Netherlands

Neville Wran
Former Premier, New South Wales, Australia

Carlos Heredia Zubieta
Member of Congress, Mexico

Grazia Zuffa
President, Forum Droghe; Former Member of Parliament, Florence, Italy

United States

Morton Abramowitz
International Crisis Group
Bruce Ackerman
Sterling Professor of Law,
Yale University
Tammy Baldwin
Wisconsin State Representative,
Candidate for Congress
Randy E. Barnett
Austin B.Fletcher Professor,
Boston University School of Law
Jeremiah A. Barondess
President,
New York Academy of Medicine
David H. Bayley
Dean,
School of Criminal Justice,
State University of New York, Albany
Peter Bellenson
Health Commissioner, Baltimore
Ivan T. Berend
Professor, University of California,
Los Angeles
Robert L.Bernstein
Founding Chair,
Human Rights Watch
Jagdish Bhagwati
Professor of Economics,
Columbia University
Nicolaus Bloembergen
Nobel Laureate (Physics)
Leon Botstein
President, Bard College
John Bound
Professor of Economics,
University of Michigan
Willie Brown
Mayor, San Francisco
Richard Burt
Senior Advisor,
Center for Strategic and International
Studies,
Washington, DC
Rev. Calvin Butts III
Pastor, Abyssinian Baptist Church,
New York, NY
Geoffrey Canada
Rheedlen Center for
Children & Families, Inc., NY
William J. Chambliss
Professor,
George Washington University
Allan Cleer
Executive Director,
Harm Reduction Coalition
Harvey Cox
Professor of Divinity,
Harvard University
Alan Cranston
Former U.S. Senator
Walter Cronkite
Author, Broadcast Journalist
John Curtin
Federal Judge, Buffalo, NY
Lloyd N. Cutler
Lawyer, Wilmer, Cutler & Pickering;
Former Counsel to the President,
1979-1981, 1994

Richard Dennis
President,
Dennis Trading Group
Adrian W. DeWind
Partner,
Paul, Weiss, Rifkind,
Wharton and Garrison
Jameson Doig
Professor of Politics
and Public Affairs,
Princeton University
Vincent Dole
Professor Emeritus,
Rockefeller University
Elizabeth K. Dollard
Professor of Law,
Medicine & Psychiatry,
NYU Law School
Ann Druyan
Federation of American
Scientists
Steven Duke
Professor, Yale Law School
Troy Duster
Professor of Sociology,
University of California,
Berkeley
Jonathan Eaton
Chairman,
Department of Economics,
Boston University
Joycelyn Elders
Former U.S. Surgeon General
Ahmet Ertegun
Executive Chairman,
Atlantic Records
Jonathan F. Fanton
President,
New School University
John Ferejohn
Professor of Political Science,
Stanford University; Senior Fellow,
Hoover Institution
Herbert Feldstein
Institute Professor Emeritus,
MIT
Robert Field
Chairman, Common Sense for
Drug Policy
Hamilton Fish
President, Public Concern
Foundation
Val L. Fitch
Professor Emeritus of Physics,
Princeton University
Rev. Floyd Flake
Pastor, Cathedral of the Allen AME
Church, Queens, NY
Kathleen M. Foley
Director, Project on Death in
America, Open Society Institute
Milton Friedman
Senior Research Fellow,
Hoover Institution
Stanford University
Douglas Gale
Professor of Economics,
New York University

Herbert J. Gans
Professor of Sociology,
Columbia University
H. Jack Geiger
Professor of Community
Medicine, City University of
New York Medical School
Adrienne Germain
President, International
Women's Health Coalition
Alfred G. Gilman
Regental Professor and
Chairman,
Department of Pharmacology,
University of Texas
Ira Glasser
Executive Director,
American Civil Liberties Union
Ellen Goldberg
President, Santa Fe Institute
Marvin L. Goldberger
Dean, Division of Natural Sciences,
University of California, San Diego
Stephen Jay Gould
Professor, Harvard University
Mike Gray
Author, "Drug Crazy"
Paul Greengard
Vincent Astor Professor of
Neuroscience,
Chief of the Laboratory of
Molecular and Cellular
Neuroscience,
Rockefeller University
Lester Grinspoon
Harvard Medical School
Lani Guinier
Professor of Law,
University of Pennsylvania
Terrence Hallinan
District Attorney, San Francisco
Morton H. Halperin
Former Department of Defense
and National Security Council
Official
Susan Hammer
Mayor, San Jose, CA
Vernon Henderson
Professor of Economics,
Brown University
Arnold Hiatt
Stride Rite Foundation
H.J. Hoffer
Dean Emeritus,
Katz Graduate School of Business,
University of Pittsburgh
Sher Horesko
Executive Director,
Drug Policy Foundation
Douglas Husak
Professor of Philosophy,
Rutgers University
Alex Inkeles
Sociologist, Senior Fellow
Emeritus, Hoover Institution,
Stanford University
Henry Jarecki
Assistant Clinical Professor of
Psychiatry, Yale School of Medicine
Carole Joffe
Professor of Sociology,
University of California

Howard Josepher
Executive Director,
Exponents, Inc., NY
John Kane
Federal Judge, Denver, CO
Nicholas Katzenbach
Former Attorney General
Donald Kennedy
President Emeritus and
Professor, Biological Service
Stanford University
Rufus King
Attorney, Washington, DC
Whitman Knapp
Federal Judge,
Southern District, New York,
Jeanne E. Kohl
State Senator, Washington
Melvyn Krauss
Economist, Senior Fellow,
Hoover Institution,
Stanford University
Mike Lawlor
Chair, Judiciary Committee,
Connecticut House of
Representatives
Joshua Lederberg
Professor,
Rockefeller University
Phillip R. Lee
Professor Emeritus,
School of Medicine,
University of California,
San Francisco
Harry Levine
Professor of Sociology,
Queens College, NY
Peter Lewis
Chairman and CEO,
The Progressive Corporation
Robin J. Lewis
Associate Dean,
School of International Affairs
Columbia University
Walter Loewenstern, Jr.
Co-Founder ROLM Corporati
Overseer, Hoover Institution,
Stanford University
President, Vail Valley Institute
Robert E. Lucas, Jr.
Department of Economics,
University of Chicago
Peter Lurie
University of Michigan
Paul L. Martin
Nobel Laureate (Physics)
Gary T. Marx
Professor Emeritus, MIT; Pro
of Sociology, University of Co
Joseph McNamara
Former Police Chief,
Kansas City and San Jose
Research Fellow,
Hoover Institution, Stanford Ur
Donal E.J. McNamara
Former President
American Society of Criminol

This letter was coordinated by The Lindesmith Center. These names represent only a portion of the many who signed.
If you wish to join in signing this letter, contact The Lindesmith Center, 400 W. 59th Street, New York, NY 10019 or fax 212-548-4670.
For a complete list of signers, go to http://www.lindesmith.org/news/un.html. Titles and affiliations are for identification purposes only.

ard Josepher	Miguel Mendez	Craig Reinarman	David J. Theroux
utive Director,	Professor of Law,	Professor of Sociology,	Founder/President,
nents, Inc., NY	Stanford University	University of California,	The Independent Institute
Kane	Matthew Meselson	Santa Cruz	Brooks Thomas
ral Judge, Denver, CO	Professor, Harvard University	G. Alan Robison	Former Chairman and CEO,
olas Katzenbach	Ruth Messinger	Distinguished Professor of	Harper and Row Publishers, Inc.
ner Attorney General	Former Manhattan Borough	Pharmacology,	John S. Toll
ald Kennedy	President	University of Texas, Houston	Chancellor Emeritus,
ident Emeritus and	Robert B. Millman	Laurance Rockefeller	University of Maryland System;
ssor, Biological Services,	Saul P. Steinberg	Ruth Rosen	President, Washington College;
ford University	Distinguished Professor of	Professor of History	Former President, Washington
s King	Psychiatry and Public Health,	University of California, Davis	Academy of Sciences; Former
ney, Washington, DC	Cornell University	Marsha Rosenbaum	President, Universities Research
tman Knapp	Medical College	Director, San Francisco Office,	Association
eral Judge	Jeff Miron	The Lindesmith Center	Arnold S. Trebach
hem District, New York, NY	Professor of Economics, Boston	Alton Rosenfield	Professor Emeritus,
ne E. Kohl	University	Dean, Columbia University	American University;
Senator, Washington	Toby Moffett	School of Public Health	Founder, The Drug Policy Foundation
yn Krauss	Former U.S. Congressman; Vice	Vernon W. Ruttan	Donald Trunkey
omist, Senior Fellow,	President, Monsanto Company,	Regents Professor,	Chairman and Professor,
ver Institution,	Washington, DC	University of Minnesota	Department of Surgery,
ford University	Howard Moody	Oscar Schachter	Oregon Health Sciences University
Lawlor	Reverend Emeritus,	Professor Emeritus of International	Richard Ullman
r, Judiciary Committee,	Judson Memorial Church,	Law and Diplomacy, Columbia	Professor, Woodrow Wilson School,
necticut House of	New York, NY	University	Princeton University
esentatives	Thomas Moore	Kurt Schmoke	J. Thomas Ungerleider
ua Lederberg	Economist, Senior Fellow, Hoover	Mayor, Baltimore	Professor Emeritus of Psychiatry,
essor,	Institution,	Sidney H. Schnoll	University of California, Los Angeles
kefeller University	Stanford University	Division of Substance Abuse	Medical Center; Presidential
lip R. Lee	Paul Moore, Jr.	Medicine,	Appointee (Nixon), National
essor Emeritus,	Bishop (Retired),	Medical College of Virginia	Commission on Marijuana and Drug
ol of Medicine,	Episcopal Church of New York	Carl E. Schorske	Abuse
ersity of California,	Dr. John P. Morgan	Professor of History,	James Vorenberg
Francisco	Professor of Pharmacology, City	Princeton University	Professor, Harvard Law School
y Levine	University of New York Medical	Herman Schwartz	Faye Wattleton
essor of Sociology,	School	Professor of Law,	Former Executive Director,
ens College, NY	Patrick Murphy	American University	Planned Parenthood
r Lewis	Former Police Commissioner,	George Shultz	Andrew Weil
rman and CEO,	New York City	Former Secretary of State,	Clinical Professor of Internal
Progressive Corporation	Charles Murray	Distinguished Fellow,	Medicine, University of Arizona
in J. Lewis	American Enterprise Institute	Hoover Institution	College of Medicine
ciate Dean,	Ethan Nadelmann	Henry Siegman	Andrew Weise
ol of International Affairs,	Director,	Senior Fellow,	Professor of Economics,
mbia University	The Lindesmith Center	Council on Foreign Relations,	Boston University
ter Loewenstern, Jr.	Robert Newman	New York	Jann S. Wenner
ounder ROLM Corporation;	President and CEO,	Richard E. Smalley	Chairman, Wenner Media, Inc.
rseer, Hoover Institution,	Continuum Health Partners	Nobel Laureate	Cornel West
ford University;	Richard L. Ottinger	(Chemistry)	Professor, Harvard University
ident, Vail Valley Institute	Former Congressman	George Soros	Sidney M. Wolfe
ert E. Lucas, Jr.	Claiborne Pell	Chairman, Soros Fund Management	Public Citizen's Health Research
artment of Economics,	Former U.S. Senator	Chairman, Open Society Institute	Group
ersity of Chicago	Joan Petersilia	John Sperling	Gavin Wright
r Luria	Professor of Criminology,	Chairman and CEO,	Professor of Economics,
ersity of Michigan	University of California, Irvine	Apollo Group, Inc.	Stanford University
l L. Martin	Gerard Piel	Eric Sterling	George Zimmer
el Laureate (Physics)	Former Editor and Publisher,	President, Criminal Justice Policy	Chairman and CEO,
y T. Marx	Scientific American	Foundation,	Men's Wearhouse
essor Emeritus, MIT; Professor	Anne Rand	Washington, DC	Lynn Zimmer
ciology, University of Colorado	Assistant Majority Leader,	Robert S. Strauss	Associate Professor of Sociology,
ph McNamara	Maine Senate	Akin, Gump, Strauss,	Queens College, NY
ner Police Chief,	David Rasmussen	Hauer & Feld	Franklin Zimring
sas City and San Jose,	Professor of Economics,	Eva Sullivan	Professor of Law, University of
earch Fellow,	Florida State University	Founder, Parents' Forum;	California, Berkeley
ver Institution, Stanford University	William Ratliff	Rev. Leon H. Sullivan	
al E. J. McNamara	Political Scientist,	Chairman, OIC of America	
ner President	Senior Research Fellow, Hoover	Robert Sweet	
rican Society of Criminology	Institution, Stanford University	Federal Judge, New York, NY	
		Hon. James W. Symington	
		Attorney at Law	

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Continua a lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, consulto V. Exª se posso usar da palavra como Líder do Bloco de Oposição, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – De acordo com as normas regimentais, concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quero registrar o ofício que encaminhei, sábado último, aos cuidados do Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, ao Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso. Lembro que era véspera de Sua Excelência se encontrar com o Presidente Bill Clinton.

"Prezado Senhor Presidente:

Escrevo para fazer duas sugestões a Vossa Excelência. Primeiro, que em seu diálogo com o Presidente Bill Clinton pergunte a respeito da experiência com o *Earned Income Tax Credit*, EITC, ou o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, programa que foi expandido tão significativamente em seu governo. Trata-se de um Imposto de Renda Negativo, introduzido nos Estados Unidos, em março de 1975, durante o Governo Gerald Ford, republicano, por iniciativa de um Senador democrata, Russel Long, de Lousiania. Este programa foi ampliado pelos Presidentes Ronald Reagan e George Bush, ambos republicanos, com Congressos de maioria democrata. Foi mais do que duplicado e teve a sua abrangência aumentada por proposta do Presidente Bill Clinton, democrata, aprovada por um Congresso de maioria republicana, em 1993.

A minha sugestão – que Vossa Excelência aproveite a sua visita a Camp David para também falar desse assunto – resulta da minha perplexidade com a desinformação e os equívocos que caracterizam o seu pronunciamento de 2 de junho último, no Palácio do Planalto, por ocasião da regulamentação da lei que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que implantarem a Renda Mínima associada à Educação.

De um lado, Vossa Excelência teve a gentileza de citar-me como paladino da matéria e de dizer que eu havia evoluído muito no pensamento a respeito – e isto é verdade – desde a apresentação do projeto de lei, ao qual Vossa Excelência deu entusiástico apoio, como Líder do PSDB no Senado, em 16 de dezembro de 1991. De outro, revelou agora que, na verdade, não era a favor do projeto, mostrando preconceitos sobre o assunto. Preconceitos de natureza política pelo fato de a iniciativa principal ter vindo de um partido adversário, o PT – considerei uma deselegância não terem sido convidados o Governador Cristovam Buarque e os Deputados Chico Vigilante e Pedro Wilson, do PT, Senadores Renan Calheiros, hoje seu Ministro da Justiça, e Ney Suassuna, do PMDB, uma vez que os seus projetos foram apensados aos dos autores. Revelou também preconceito ideológico, ao afirmar que seria uma idéia "neoliberal", originada por Milton Friedman.

Quando o Presidente Bill Clinton resolveu expandir o EITC, levou em consideração sobretudo a racionalidade e o bom senso de um instrumento que de fato tem contribuído, ao lado de outros instrumentos, para que os EUA estejam alcançando a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 28 anos. Toda pessoa que trabalha, e cuja renda familiar anual não alcance determinado patamar, passa a ter direito a um complemento de renda, na forma de um crédito fiscal pago em dinheiro, de tal maneira que esta família venha a ter uma renda pelo menos suficiente para livrar-se da condição de pobreza."

Sr. Presidente, requeiro seja transcrito, na íntegra, o restante do documento. Concluo o meu pronunciamento para respeitar o limite de tempo que me foi destinado:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

São Paulo, 6 de junho de 1998

Excelentíssimo Senhor
Fernando Henrique Cardoso
Digníssimo Presidente da República do Brasil
Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América
Washington, D.C.
EUA.

Aos cuidados do Embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima.

Prezado Senhor Presidente:

Escrevo para fazer duas sugestões a Vossa Excelência. Primeiro, que seu diálogo com o Presidente Bill Clinton, pergunte

a respeito da experiência com o "Earned Income Tax Credit", EITC, ou o Crédito Fiscal por Remuneração recebida, programa que foi expandido tão sigificativamente em seu governo. trata-se de um Imposto de Renda Negativo, introduzido nos Estados Unidos, em março de 1975, durante o Governo Gerald Ford, Republicano, por iniciativa de um Senador Democrata, Russel Reagan e George Bush, ambos Republicanos, com Congressos de maioria Democrata. Foi mais do que duplicado e teve a sua abrangência amentada por proposta do Presidente Bill Clinton, Democrata, aprovada por um Congresso de maioria Republicana, em 1993.

A minha sugestão que Vossa Excelência aproveite a sua visita a Camp David para também falar desse assunto resulta da minha perplexidade com a desinformação e os equívocos que caracterizaram o seu pronunciamento de 2 de junho último, no Palácio do Planalto, por ocasião da regulamentação da Lei que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que implantarem a Renda Mínima associada à Educação.

De um lado Vossa Excelência teve a gentileza de citar-me como paladino da matéria e de dizer que eu havia evoluído muito no pensamento a respeito _ e isto é verdade _ desde a apresentação do projeto de lei, ao qual Vossa Excelência deu entusiástico apoio, como líder do PSDB no Senado, em 16 de dezembro de 1991. De outro, revelou agora na verdade não era a favor do projeto, mostrando preconceitos sobre o assunto. Preconceitos de natureza política pelo fato de a iniciativa principal ter vindo de um partido adversário, o PT _ considerei uma deselegância não terem sido convidados o Governador Cristovam Buarque e os Deputados Chico Vigilante e Pedro Wilson, do PT, Senadores Renan Calheiros, hoje seu Ministro da Justiça, e Ney Suassuna do PMDB, uma vez que os seus projetos foram apensados aos dos autores. Revelou também preconceito ideológico, ao afirmar que seria uma idéia "neoliberal", originada por Milton Friedman.

Quando o Presidente Bill Clinton resolveu expandir o EITC, levou em consideração sobretudo a racionalidade e o bom senso de um instrumento que de fato tem contribuído, ao lado de outros instrumentos, para que os EUA estejam alcançando a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 28 anos. Toda a pessoa que trabalhe, cuja renda familiar anual não alcance determinado patamar, passa a ter direito a um complemento de renda, na forma de um crédito fiscal pago em dinheiro, de tal maneira que esta família venha a ter uma renda pelo menos suficiente para livrar-se da condiçaõ de pobreza. Foi a este mecanismo que o Presidente Clinton se referiu em sua campanha quando sintetizou o mote "As pessoas em primeiro lugar", que Vossa Excelência resolveu também usar em 1994, deixando, entretanto, de absorver a principal lição que o acompanhava.

Pergunte, Senhor Presidente, a um de seus maiores amigos, o Professor Albert Hirschman. Pois a mim ele disse que a expansão do EITC constituiu-se na maior realização do Presidente Clinton: "It was his greatest achievement". Na hora de tomar o passo, Clinton não ficou preocupado se Milton Friedman havia defendido o imposto de renda negativo como o mais eficaz instrumento de combate à pobreza, em 1962, em "Capitalismo e Liberdade". Nem precisaria preocupar-se porque John Maynard Keynes, em 1939, em "How to pay for thr War", já havia proposto que 2% do PIB da Grã-Bretanha fosse destinado ao pagamento de uma renda básica aos ingleses, para que ninguém estivesse em condições de pobreza absoluta, tendo em vista o esforço de guerra. Também filósofos e pensadores como o apóstolo São Paulo, o califa Omã, Thomas More, Thomas Paine, Karl Marx, Bertrand Russel e Bernard Shaw, economistas como E. Mabel, Dennis Milner, Juliet Rhys Williams, James Edward Meade, Oskar Lange, Joan Robison, Abba Lemer, Friedrich Von Hayek, James Tobin, além do belga e co-fundador da Rede Européia da Renda Básica, Philipe Van Parijs elaboraram sobre os fundamentos de se garantir uma renda garantida, como um direito à cidadania, muitos bem antes de Friedman.

Lembre Vossa Excelência que foi do Senador Ronan Tito (PMDB _ MG) a emenda segundo a qual a Renda Mínima seria instituída com o corte simultâneo, em igual valor, de programas sociais existentes. Em sua fala naquela sessão não há referência contrária à emenda inserida que, em minha opinião, por ser vetada pelo Presidente logo que o projeto for à sua sanção.

O "EITC" é um imposto de renda negativo apenas para os que trabalham, maior para os que têm crianças. Beneficiou mais de 19 milhões de famílias, cerca de 45 milhões de pessoas, nos EUA, em 1997, complementando a sua renda. Cada benefício pode decidir no que gastar o que ganha. O que obviamente confere à pessoa um sentido muito maior de cidadania do que estar recebendo cestas básicas, com alimentos de qualidade precária, a exemplo dos programas atualmente em expansão no Brasil.

Fiquei decepcionado quando verifiquei que Vossa Excelência tudo fazia e ainda faz para protelar a instituição de um projeto bem feito de Renda Mínima durante o seu governo. Estivesse já vigente o projeto que Vossa Excelência ajudou a aprovar, em 1991, no Senado, qualquer flagelado pela seca no Nordeste, que estivesse com zero de rendimento, com 25 anos ou mais, teria o direito de receber 30% (podendo o Executivo aumentar para até 50%) da diferença entre R$ 270 e a sua renda mensal. Assim, com R$ 81 poderia ir ao armazém não para saquear alimentos, mas para adquirir o peixe, a farinha, o arroz, ou aquilo que bem aprouvesse. É claro que poder-se-á, como nas experiências do D.F., Campinas, e 34 cidades hoje, e previsto no parecer do deputado Germano Rigotto, solicitar que o beneficiário demonstre que as suas crianças estejam indo à escola. Mas o importante é assegurar a todos o direito a sobrevivência e de partilhar da riqueza da Nação.

Com a demora na aprovação da matéria e da sua regulamentação, a decisão de constituir um Comitê que estabelecerá regras em mais 60 dias, e dada a limitação legal de que nenhum município poderá assinar convênio depois de 30 de junho até que estejam concluídas as eleições, com a necessidade ainda de os prefeitos que assinarem convênios enviarem projetos às respec-

tivas câmaras municipais, conseguiu o Governo Federal transferir a implementação na prática da tão restrita Lei nº 9.533 para 1999.

Impressionou-me também a forma errônea com que praticamente toda a imprensa explicou o projeto. Ao conversar com os jornalistas me dei conta de que foi o próprio Ministro Paulo Renato de Souza que deu entrevista citando exemplos e números que não estão de acordo com a fórmula e as regras da Lei, o que significa que o responsável pela execução da Renda Mínima não teve o cuidado de estudar o seu conteúdo. Não está escrito na Lei que a União repassará aos municípios pelo menos R$ 15,00 por mês para as famílias que têm renda inferior a meio salário mínimo e filhos com menos de 14 anos regularmente matriculados. E sim que a União repassará 50% apenas de quanto for pago a cada família, portanto R$ 7,50, ficando os outros R$ 7,50 a cargo dos municípios e/ou Estados, se a família fizer jus a soma tão modesta conforme o desenhado na fórmula. Segundo a jornalista que ouviu o Ministro da Educação, foi ele próprio que explicou que no caso de família com três filhos, vai receber no mínimo R$ 30 para cada um, no total de R$ 90 por mês, quando a Lei nº 9.533 diz que a família vai receber no máximo R$ 45 por mês. No caso de ter renda zero, se a renda per capita da família for de R$ 60 mensais, ela receberá apenas um total de R$ 15.

Infelizmente, Vossa Excelência não deu a atenção devida às recomendações do Professor Philippe Van Parijs. Deduzo que também não leu o livro "Real Freedom For All. What (if anything) can justify capitalism? "(Clarendon Press, Oxford, 1995) que ele lhe deu, nem o livro "Full Employment Regained? An Agathopian Dream" (Cambridge University Press) que lhe foi dado pela filha do autor James Edward Meade. Ambos explicam porque a instituição de uma renda de cidadania contribuirá em muito para nos aproximarmos dos objetivos de pleno emprego e de maior justiça numa Nação.

Finalmente, minha segunda recomendação a Vossa Excelência é que dialogue com o Presidente Bill Clinton a respeito da proposta de James Tobin de taxar as transações internacionais com um modesto imposto de 0,1%, no máximo de 0,25%, com o objetivo de reduzir os movimentos especulativos de curto prazo e de aumentar a autonomia das nações com respeito à execução de suas políticas econômicas. Como Vossa Excelência vem se preocupando com uma maneira de se criar um mecanismo para conter a instabilidade dos movimentos internacionais de capitais, desde sua visita à Cepal em 1995, mas sem ter nunca mencionado a Proposta Tobin; e como agora o Brasil já tem quatro anos de experiência com a Contribuição sobre a Movimentação Financeira, será muito oportuno que venha a considerar a alternativa elaborada desde 1972 pelo Nobel de Economia da Universidade de Yale. Sugiro inclusive que converse com ele (telefones 203 432-3720, 3576, 3550 ou 3702), também sobre o Imposto de Renda Negativo, pois ele foi muito maior entusiasta da proposição do que Milton Friedman. Em 1968, ele com John Kenneth Galbraith e Paul Samuelson, encabeçaram um manifesto de 1.200 economistas ao Congresso Norte-Americano propondo que se instituísse logo um Imposto de Renda Negativo para se universalizar o direito a um mínimo de renda para todos. Na ocasião, Friedman se recusou a assiná-lo conforme o próprio Tobin me relatou.

Respeitosamente, Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Líder do PT e do Bloco de Oposição no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O pedido de V. Exª será atendido na forma regimental.

Fica facultado o uso da palavra aos Senadores presentes. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 06 minutos.)

(OS 13815/98)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1.463-26**, adotada em 28 de maio de 1998 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o salário mínimo para o período de 1º de maio de 1996 a 30 de abril de 1997".

Congressistas	Emendas nºs
Deputado Arnaldo Faria de Sá	1, 2, 6
Deputado José Luiz Clerot	7, 9
Deputado Paulo Paim	4
Deputado Philemon Rodrigues	8
Deputado Walter Pinheiro	3, 5

Total de emendas: 9

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1.615-29,** adotada em 28 de maio de 1998 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional _ NTN, destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências".

Congressistas	Emendas nºs
Deputado Anivaldo Vale	2
Deputado Paulo Bernardo	3
Deputado Philemon Rodrigues	7
Deputado Walter Pinheiro	1, 4, 5, 6

Total de emendas: 7

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1.658-13**, adotada em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que "Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências".

Congressistas	Emendas nºs
Deputada Maria Laura	3, 4, 6
Deputado Nelson Marquezelli	10
Deputado Valdir Colatto	1, 2, 5, 9
Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro	7, 8

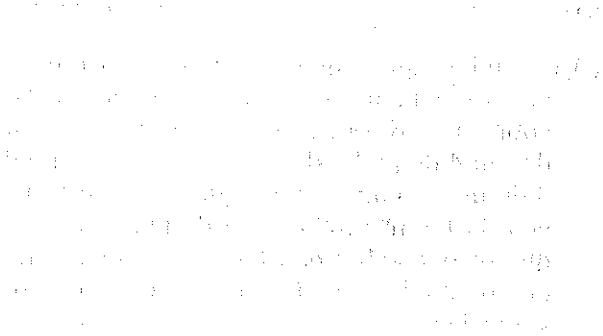
Emendas recebidas: 10

(*) Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1.665**, adotada em 4 de junho de 1998 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, e dá outras providências".

Congressistas	Emendas nºs
Deputado Chico Vigilante	2, 3, 10, 12, 20
Deputado José Coimbra	6, 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 27
Deputado José Saraiva Felipe	8, 24
Deputado Ney Lopes	1, 4, 5, 11, 19, 26

Emendas recebidas: 27

(*) Publicadas em suplemento à presente edição



CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PFL	
1. Elcio Alvares	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas (1) .	3. Vilson Kleinübing
4. José Alves	4. José Bianco
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. (Vago)
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Jefferson Peres'
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex- PPR + Ex-PP)	
1. Epitacio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias	
PTB	
1. Emilia Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
1. Osmar Dias	1. Antônio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÕAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
~~NEY SUASSUNA~~	~~PB-1145/1245~~	~~3-MAURO MIRANDA~~	~~GO-2091/92~~
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
~~PEDRO PIVA~~	~~SP- 2351/52~~	~~4-LÚDIO COELHO~~	~~MS-2381/82~~
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 05/06/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 07/05/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA .	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS — SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES — TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612 — FAX: 311-4315

Atualizada em: 03/06/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
~~JOÃO FRANÇA (1)~~	~~RR-3067/68~~	~~6-IRIS REZENDE~~	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
~~BENI VERAS~~	~~CE-3242/43~~	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.
(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.
(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607 **FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/06/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)
PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 05/06/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.
(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(7 TITULARES E 4 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
1-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
2-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
PMDB			
1-JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
PSDB			
1-BENI VERAS	CE-3242/43	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO OPOSIÇÃO (PT+PDT+PSB+PPS)			
1-EDUARDO SUPLICY-PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
1-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935/3519
FAX 311-1060.

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 6 - TELEFONE: 311-3254

ATUALIZADA EM 29-4-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR CONTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECHER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 05/05/97.

CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998 - CN

CONSELHO DESTINADO A PROCEDER À APRECIAÇÃO DOS TRABALHOS ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE MORTE DO POETA CRUZ E SOUSA

(Resolução nº 1, de 1998-CN)

SENADORES
Antonio Carlos Magalhães (membro nato)
Ronaldo Cunha Lima
Esperidião Amin
Abdias Nascimento

DEPUTADOS
Paulo Gouvêa
Miro Teixeira

COMISSÃO DE JULGAMENTO

Senador Abdias Nascimento
Senador Esperidião Amin
Deputado Paulo Gouvêa
Gerardo Mello Mourão - poeta e escritor
Iaponan Soares - professor e vice-presidente do Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.
Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.
Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.
Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.
Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.
Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.
Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.
Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).
Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.
Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.
Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.
Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.
Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.
Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.
Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.
Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.
A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.
Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.
Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.
Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.
Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.
Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.
Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.
Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.
Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.
Nuria Belloso Martin – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.
Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.
Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.
Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136; R$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 **(R$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– Volume 10 **(R$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº **920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via FAX **(061) 2245450**, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS